

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Pós-graduação *lato sensu* em “Libras: Ensino, Tradução e Interpretação”

Identidade e língua: discutindo questões polêmicas das relações surdo-ouvinte

Dafny Saldanha Hespanhol

Rio de Janeiro

2015

Dafny Saldanha Hespanhol

Identidade e língua: discutindo questões polêmicas das relações surdo-ouvinte

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a conclusão do curso de especialização “Libras: ensino, tradução e interpretação”, da Faculdade de Letras da UFRJ.

Professor orientador: Dr. Roberto de Freitas Jr

Professora Coorientadora: Dra. Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes Costa.

Rio de Janeiro

2015

H585i

Hespanhol, Dafny Saldanha

Identidade e língua: discutindo questões polêmicas das relações surdo-ouvinte. / Dafny Saldanha Hespanhol. — Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
67 f.; 30 cm

Orientador: Roberto de Freitas Junior.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Libras: ensino, tradução e interpretação, 2015.
Bibliografia: f. 64-67.

1. Língua de sinais. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Relações surdo-ouvinte. 4. Identidade cultural. I. Freitas Junior, Roberto de, orient. II. Costa, Marília Uchoa Cavalcanti Lott de Moraes, coorient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. III. Título.

CDD 419

Identidade e língua: discutindo questões polêmicas das relações surdo-ouvinte

Por

Dafny Saldanha Hespanhol

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a conclusão do curso de especialização “Libras: ensino, tradução e interpretação”, da Faculdade de Letras da UFRJ.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto de Freitas Jr. – UFRJ

Profa. Dra. Marília Uchoa C. Lott de M. Costa - UFRJ

Profa. Dra. Beatriz Protti Christino - UFRJ

Profa. Ms. Heloise Gripp Diniz – UFRJ

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2015.

Dedico este trabalho a vocês profissionais intérpretes de Libras do Brasil.
Vocês que ficam tão invisíveis, mesmo estando diante dos olhos de todos.
Vocês que são mencionados como “muito importantes” nos discursos das pessoas, mas tão
menosprezados nas atitudes inconscientes delas.
Vocês de quem tanto é cobrado, e a quem tão pouco é dado.
Vocês que são alvo da desconfiança e do desconhecimento dos outros.
Vocês que são por vezes confundidos com “agentes de caridade”, ou tidos como um “mal
necessário”.
Vocês que de tanto se debruçar na fala dos outros, acabam não sendo ouvidos em suas próprias
falas.
Vocês ora amados, ora odiados.
Vocês que, apesar dos apesares todos, continuam se esforçando para fazer um trabalho de
qualidade, lutando e sonhando com dias melhores.
Vocês, tão eu, tão nós.

AGRADECIMENTOS

“E assim podemos dar graças a Deus por vocês. Agradecemos a alegria que temos diante do nosso Deus por causa de vocês.” I Tessalonicenses 3:9 (NTLH)

A Deus, a fonte de todo o saber, que tem me ensinado a cada dia a depender somente Dele.

A minha família, que eu amo, minha base.

Ao meu namorado Cláudio, por ter me mostrado o método do “Pomodoro”, que fez toda a diferença na hora de escrever, e também pelo seu apoio, incentivo, carinho e amor, que faz muita diferença nos meus dias.

A professora Deize Santos, que implantou esse curso e o coordena, pelas suas muitas lutas e pesquisas na área da Libras, que abriram caminhos para mim e para outros.

Ao meu orientador Roberto, por ter me acolhido quando me vi sem orientador, e por topa o desafio de orientar um trabalho já começado e tão questionador. E por ser um orientador de perto, de presença! Eu amei ser sua orientanda!

A minha coorientadora Marília Lott, que prontamente aceitou o convite para me coorientar mesmo estando prestes a defender sua tese de doutorado e às portas de ter um neném. E mesmo depois de a pequena Alice ter chegado ao mundo, pôde fazer contribuições tão fundamentais para o meu estudo.

As professoras da banca examinadora, Dra. Beatriz Protti e Ms. Heloise Gripp.

Aos intérpretes de Libras que interpretaram minha defesa.

Aos professores desse curso, pelas suas riquíssimas contribuições na minha formação.

A todos os meus colegas da turma de pós. Mas em especial ao meu colega e amigo Ramon Santos, cujas conversas, filosoficamente interessantes, foram inspiração para o tema que escolhi. (Ah! E obrigado pelo livro do Goffman, o último que você achou no sebo, que eu não dei nem tempo para você ler antes de me emprestar...)

Ao Dr. Mario Missagia Jr., professor do INES, cujas pesquisa, trabalho e argumentação foram um grande incentivo para eu continuar escrevendo.

A UFRJ, pela oportunidade de trabalhar e estudar, aprender, pesquisar, lutar, produzir conhecimento e crescer como pessoa. Sei que a UFRJ é formada de pessoas. Devo então agradecer a todos que a formam, pois embora ainda haja muito a melhorar e avançar, seus (nossos) esforços até aqui tem alcançado bons resultados na formação e na vida de muitos em nossa sociedade. E eu tive a graça de ser um desses muitos. Obrigada.

“Se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir.”

George Orwell

RESUMO

Este trabalho tem como proposta revisar conceitos relacionados a identidade e língua. O objetivo é discutir alguns aspectos da relação entre surdos e ouvintes brasileiros como por exemplo as múltiplas visões identitárias relacionadas ao status de surdez e conceitos relacionados a noção de falante nativo/ não nativo e seus papéis na comunidade surda. É crucial discutir mais profundamente essas relações. São analisadas aqui as relações de poder implícitas no contato entre esses grupos, buscando contrabalancear seus pontos de vista no intuito de apresentar alguns pontos de tensão e possíveis equívocos existentes no contato desses grupos.

Palavras chave: Relação surdo-ouvinte, comunidade surda, identidade, Libras.

ABSTRACT

This paper aims at reviewing concepts related to identity and language. Our aim is to discuss some aspects concerning the relationship between deaf and non-deaf people in Brazil, such as multiple perspectives on self-identification related to the status of deafness and the notion of native / non- native speakers and their roles in the deaf community. It is crucial to further discuss these relations. We analyzed the implicit power relations within these groups, seeking to counterbalance their points of view in order to present some difficult issues and possible misconceptions that emerge from the contact between these groups.

Keywords: deaf-hearing relationship, the deaf community, identity, Brazilian Sign Language.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo Geral	12
1.2 Objetivos Específicos.....	12
2. PONTOS DE TENSÃO: IDENTITÁRIOS.....	13
2.1 Discutindo o conceito de identidade	13
2.2 Visão clínica e socioantropológica.....	18
2.3 Discutindo a estigmatização.....	24
3. PONTOS DE TENSÃO: LINGÜÍSTICOS	32
3.1 Conceito de língua e linguagem	32
3.2 Língua de sinais ou linguagem de sinais?.....	39
3.3 Histórico da Libras no Brasil e seu reconhecimento legal	41
3.4 Libras: uma língua de sinais.....	42
3.5 Discutindo aquisição/aprendizagem	46
3.6 Discutindo a aquisição da linguagem	46
3.6.1 Discutindo aquisição e pontos de tensão da relação surdo-ouvinte.....	47
4. SURDOS E OUVINTES DENTRO DA COMUNIDADE SURDA: RELAÇÕES DE PODER	50
4.1 Questões relacionadas à noção de natividade.....	50
4.2 Questões relacionadas ao uso de uma L2	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir as relações entre surdos e ouvintes brasileiros a partir de aspectos identitários e linguísticos. Essa discussão é fruto de uma inquietação percebida a partir de minha experiência como tradutora e intérprete de Libras/português, e como participante da comunidade surda desde a pré-adolescência.

Ao mesmo tempo em que fui aprendendo a Libras, fiz amigos surdos, e ouvi, ao longo de meu desenvolvimento, relatos de várias experiências de sofrimento, privação e preconceito que muitos deles sofreram ao longo da vida por parte dos ouvintes. Fruto do desconhecimento a respeito das capacidades e potencialidades dos surdos, e da falsa ideia de superioridade da língua portuguesa em relação a Libras, essas atitudes discriminatórias para com os surdos podem trazer muitos traumas.

Porém, em conversas com outros colegas ouvintes, que, assim como eu, não têm surdos na família, mas que antes de atingir a adolescência já eram indivíduos sinalizantes, pude perceber algumas generalizações equivocadas que acontecem tanto da parte dos ouvintes, quanto da comunidade surda. Devido ao histórico de discriminação sofrida pelos surdos estar geralmente associada a pessoas ouvintes, esses podem passar a ser vistos como “vilões”. E até mesmo ouvintes participantes da comunidade surda podem ser alvo de desconfiança e resistência, principalmente quando esses não possuem surdos na família, como é o meu caso.

Além disso, na posição de intérprete de Libras, vivencio as relações entre surdos e ouvintes de perto, presenciando os embates, conflitos e o esforço (ou a ausência dele) para o entendimento e compreensão do outro na interação.

Saliento que quando vemos reclamações sobre “os ouvintes”, precisamos definir que ouvintes são esses. Ora, em geral, um intérprete também é um ouvinte. O fato de ele agora pertencer à comunidade surda não o fará “menos ouvinte”. É exatamente neste ponto que se inicia nossa discussão.

Percebi que as relações entre surdos e ouvintes precisavam ser discutidas mais aprofundadamente, tanto do ponto de vista identitário quanto linguístico desses grupos. Isso porque uma discussão embasada em conhecimento adquirido a partir de pesquisas pode desfazer ideias preconcebidas e desmistificar certas atitudes discriminatórias, ou, ao menos, apontar nesta direção. São analisadas aqui as relações de poder implícitas no contato entre esses grupos, buscando contrabalancear os pontos de vista de um e de outro. Para tal, considero que é preciso fazer uma distinção sobre a perspectiva do papel de surdos e ouvintes decorrente do enquadre em que esses dois grupos se encontram. Se pensarmos, em números absolutos, ouvintes são a

maioria, os surdos se tornam potencialmente desfavorecidos no que diz respeito aos mais diversos aspectos das relações sociais. Por outro lado, se considerarmos o conceito de comunidade surda, da qual participam também ouvintes, os ouvintes se tornam minoria quantitativa e isso também poderá impactar a formatação das relações entre esses grupos. Em outras palavras, a relação quantitativa pode representar papel importante na forma e no grau como surdos e ouvintes interagem e se identificam. Nesse trabalho, a discussão sobre a relação surdo-ouvinte é focalizada, não apenas, mas principalmente, a partir do contexto do ouvinte participante da comunidade surda.

Na sequência desse capítulo introdutório, no capítulo 2, apontamos um primeiro ponto de possível tensão entre surdos e ouvintes: as identidades. Utilizamos o trabalho de Hall (2011) para falar do conceito de identidade na sociedade pós moderna. Perlin (1998), por exemplo, classifica os surdos em cinco diferentes identidades, mostrando que nem todos os surdos se auto-identificam da mesma forma, os surdos não formam um grupo homogêneo. Citamos outros autores (MISSAGIA JR, 2005; GESSER, 2012; JERONYMO, 2004; LANZETTA, 2008; TOMITA & FELIX, 2012; SKLIAR, 1998; KELMAN, 2010; STROBEL, 2008) para diferenciar a visão clínica e a visão socioantropológica da surdez, presentes em nossa sociedade. Não pretendemos, entretanto, com isso polarizar as visões e os grupos. Alguns desses autores relativizam cada uma dessas visões, mostrando suas contribuições e deficiências. Skliar (1998) propõe a superação de contrastes binários para termos uma visão mais holística e profunda da problemática.

Mencionamos os trabalhos de Goffman (1988) e Freire (1987) a respeito, respectivamente, da estigmatização e de formas reacionárias dos oprimidos se libertarem de situações de opressão. Buscamos aproximar essas discussões da realidade da comunidade surda no Brasil.

O segundo ponto em que pode haver tensão entre surdos e ouvintes é discutido no capítulo 3: as questões de ordem linguística. Apresentamos o trabalho de Cunha, Costa e Martelotta (2011), explicitando os conceitos de língua e linguagem e buscamos descrever aspectos linguísticos da Libras, visando retratar problemas existentes na relação surdo-ouvinte gerados pelo pensamento de que, independentemente de ser majoritária, a língua portuguesa possa ter alguma percepção de *status* de superioridade em relação à Libras.

Abordamos o tema da aquisição de linguagem, segundo Freitas (2007), e da hipótese do período crítico de aquisição (LIMA JR., 2013; FREITAS JUNIOR, 2011). Com isso, buscamos discutir a questão do falante nativo e não-nativo (FIGUEREDO, 2011) de Libras, mostrando que não necessariamente um surdo será sempre um nativo de Libras. Falamos ainda das

implicações sociais dessas questões linguísticas, mencionando os trabalhos de Porto (2015) e Gesser (2012).

No capítulo 4, abordamos as questões de poder que permeiam as relações entre surdos e ouvintes dentro da comunidade surda. Para este propósito, citamos o trabalho de Perlin e Quadros (2006), que destacam 5 (cinco) grupos diferentes de ouvintes, de acordo com suas atitudes em relação aos surdos.

Encerramos com nossas considerações finais. E esperamos que este trabalho possa contribuir para uma reflexão mais profunda e com embasamento teórico a respeito das relações entre surdos e ouvintes na sociedade brasileira.

1.1 Objetivo Geral

Revisar conceitos e princípios relacionados às definições de identidade e língua, possibilitando a discussão sobre alguns aspectos identitários e linguísticos identificados na relação entre surdos e ouvintes brasileiros.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Revisar conceitos e definições gerais sobre identidade e língua, relacionando-os à realidade da surdez;
- b) Identificar pensamentos e comportamentos acerca da noção de língua e identidade contemporaneamente identificados nos discursos sobre surdez;
- c) Apontar e confrontar pensamentos e atitudes de surdos e ouvintes, pertencentes à comunidade surda, acerca de seus papéis identitários e linguísticos em situação de contato.

2. PONTOS DE TENSÃO: IDENTITÁRIOS

2.1 Discutindo o conceito de identidade

O termo “identidade” vem do latim “*identitas*”¹ e aponta para o sentido de um indivíduo ser aquilo que diz ser ou o que outros presumem que ele seja. Identidade, por assim dizer, é o que faz uma pessoa se distinguir de todas as outras e se enquadrar como pertencente a um determinado grupo de pessoas, com certas características semelhantes. No caso específico do presente trabalho precisamos apresentar as diferentes visões sobre identidade. Isso é importante, como veremos a seguir, pois temos, em termos mais tradicionais, uma visão dicotômica identitária bem delimitada que classifica os surdos a partir de uma perspectiva clínica e outra a partir de uma perspectiva socioantropológica. Aquela carrega conotação muito ligada à patologia, e esta apresenta o viés de representação sociocultural de um grupo.

Hall (2011) discute o conceito de identidade, mostrando sua evolução ao longo dos anos. O autor inicia suas reflexões afirmando que, na época do Iluminismo, por exemplo, a noção de sujeito era centrada no conceito de razão:

“O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo e “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo”. (p. 10)

Percebe-se que na concepção iluminista, a noção de identidade estaria centrada no indivíduo, permanecendo a mesma ao longo de sua vida, independentemente de sua evolução histórica e social. Esta concepção tem forte relação com a ideia aristotélica sobre essência, que seria uma propriedade intrínseca e inerente a qualquer substância². Assim o “eu-individual” iluminista seria essencial, na medida em que representaria uma condição imutável e independente de fatores externos.

Hall (2011) apresenta, por outro lado, a concepção de sujeito sociológico, em que a identidade é formada na interação com o outro, com a sociedade.

“A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam

¹PRIBERAM dicionário. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/identidade> Acesso em: 26/03/2015.

²SUBSTÂNCIA, ESSÊNCIA E ACIDENTE – Blog de Filosofia. Disponível em: <http://oblogfilosofia.blogspot.com.br/2013/04/substancia-essencia-e-acidente.html> Acesso em: 26/03/2015.

para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava. [...] De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem". (p. 11)

Ambas as concepções de sujeito – o sujeito iluminista e o sujeito sociológico – trazem a ideia de sujeito unificado, (que representaria um modelo identitário que, embora consistente e sólido, seria formado pela inter-relação com o contexto sociocultural). Hall (2011) rompe com esta ideia, mostrando que atualmente, na pós-modernidade, a ideia de sujeito unificado não se sustenta, pois na pós-modernidade as identidades são fragmentadas e contraditórias.

“O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando-nos em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente”. (p. 13)

Sendo assim, viveríamos hoje a chamada “crise de identidade”, pois identidades contraditórias fragmentam a ideia de sujeito unificado, abalando qualquer referência que poderia dar às pessoas alguma ancoragem socioidentitária estável.

Para a Antropologia, o conceito de identidade está sempre relacionado à ideia de alteridade, que diz respeito ao papel interdependente do eu-social com o outro-social³. Desse modo, a identidade de alguém só é definida em relação ao outro. Um indivíduo que possui o sentido da audição, por exemplo, só vai se autodenominar como “ouvinte” depois de ter algum contato com pessoas surdas. O mesmo ocorre com os surdos quando se deparam com a realidade social de que os ouvintes estão em maior número na sociedade e passam a perceber-se como membros de um grupo diferenciado. Há uma espécie de surpresa por parte de ambos ao se depararem com o diferente. Percebemos que, nesse sentido, a percepção de identidade se estabelecerá na medida em que o outro-social se delimita em caráter específico e diferenciado do eu-social.

³ SIGNIFICADO DE ALTERIDADE. Disponível em: <http://www.significados.com.br/alteridade/> Acesso em: 26/03/2015.

Percebemos assim que a identidade de um ouvinte só existe na relação surdo-ouvinte, ou seja, surdo/não-surdo. Assim, já encontramos a primeira tensão existente na convivência entre esses dois grupos. No que diz respeito ao surdo, o primeiro impacto dessa relação, por exemplo, é descobrir que existe diferença. O segundo impacto é perceber-se membro de um grupo socialmente marcado pelo fato de não deter algo que a maioria das pessoas detém: a audição.

Nesse contexto emerge também a noção social de minoria. Essa noção, muitas vezes, sofre distorção, na medida em que se associa o conceito de minoria a uma visão demográfica. No entanto, a visão mais acurada seria a de grupos de minoria como pessoas em situação de desvantagem nas relações de poder, fato devido a sua marca identitária.

Talvez o que ocorra com as mulheres seja o que melhor exemplifica essa questão. Observamos que até os dias de hoje essas não possuem o mesmo *status* social que os homens, apesar de estarem em maior número⁴. Isso é claramente observável em relação à equidade salarial, por exemplo. Tal como as mulheres, o surdo encontra-se em situação de desvantagem nas relações de poder. Isso ocorre devido a vários fatores e nenhum deles está diretamente relacionado ao real número de surdos. Inclusive, observa-se certa dificuldade de se mapear o número de pessoas que se identificam como surdas no censo do IBGE. Esse fato, diretamente relacionado à percepção de identidade que queremos discutir, está explicado na citação a seguir, que mostra que:

“No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem 9,8 milhões de brasileiros com algum problema auditivo, representando 5,2% da população do país. Além disso, o Censo 2010 constatou que 2,6 milhões de brasileiros são surdos, isto é, a audição dessas pessoas não é funcional na vida comum. Já a Organização Mundial da Saúde diz que o percentual de pessoas com alguma deficiência auditiva no Brasil é de 14% da população. Ambos os percentuais representam um número expressivo de pessoas. Há discordâncias quanto a estes números. Há hipóteses que podem explicar a discrepância desses números. O termo deficiente auditivo não contempla as diferentes relações que cada indivíduo tem com a língua de sinais, a identidade surda e a comunidade surda. Por este motivo, há surdos que não se consideram “deficientes auditivos” e se recusam a ser chamados dessa forma, preferindo a denominação “surdos”. Para estas pessoas, a resposta a pergunta “Você é deficiente auditivo?” será sempre “Não!”. (HESPANHOL, 2013, p. 13)

Vemos que nem sempre a autoidentificação do surdo prevê a noção de deficiência tal como definida pelo IBGE. Como apresentamos anteriormente, o conceito socioantropológico de identidade é o do sujeito multifacetado. Veremos, então, a seguir como isso acontece entre as pessoas surdas.

⁴ Segundo dados do IBGE, divulgados em 2013, no Brasil há 5,2 milhões de mulheres a mais do que homens. <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-5-milhoes-de-mulheres-a-mais-que-homens-diz-ibge-27092013> Acesso em 08/04/2015.

Em termos de autopercepção identitária, um grupo de surdos não é um todo homogêneo. Perlin (1998), por exemplo, descreveu cinco possíveis identidades surdas com diferentes marcas, a principal delas sendo questões de língua, como é possível perceber:

- a) a identidade surda padrão, que aponta para pessoas sem audição, que se comunicam através de uma língua de sinais e que julgam ter experiências visuais mais significativas das do ouvinte comum;
- b) a identidade surda híbrida, que seria a de pessoas nascidas ouvintes, que adquiriram uma primeira língua (L1) oral e posteriormente uma segunda língua (L2) de sinais, por necessidade;
- c) a identidade surda de transição, que seria a de pessoas surdas que ficaram muitos anos em contato apenas com a comunidade ouvinte e que estão agora em uma espécie de transição identitária, via processo de aprendizado de uma língua de sinais e início de contato com outros surdos;
- d) a identidade surda incompleta, que diz respeito a surdos que estão imersos na comunidade ouvinte e encaram a surdez como patologia, tentando serem culturalmente e linguisticamente parecidos com ouvintes;
- e) a identidade surda flutuante, que aponta para pessoas com surdez, que conhecem a existência da comunidade surda e de outros sujeitos surdos, mas que não têm interesse na língua de sinais, tentando se adequar ao mundo ouvinte. No final essas pessoas não se reconhecem necessariamente pertencentes nem a um, nem a outro grupo.

Perlin (1998) faz forte apologia à adesão dos surdos à identidade surda padrão e critica os surdos que se distanciam desse modelo, considerando-os “vítimas da ideologia ouvintista”.

É importante salientar que, dentre os autores pesquisados, não encontramos nenhuma das identidades surdas ou dos estudos sobre a surdez contemplam indivíduos que passaram a maior parte de suas vidas como ouvintes e que desenvolveram deficiência auditiva posteriormente, como na velhice. A respeito disso Missaglia Jr. (2005) escreveu, em suas notas de rodapé, o seguinte:

“Estas pessoas, em função de terem um registro forte da capacidade de escutar e de falar, pensam em si mesmas como portadoras naturais destas capacidades, sendo assim, uma interrupção desta possibilidade não pode ser significada como outra coisa (ao menos a princípio) que não um déficit, uma patologia que se abateu sobre elas. Apesar desta tendência poder ser facilmente comprovada bastando apenas o mínimo de experiência empírica com pessoas que se encaixem neste perfil, também existem aquelas que tendo um de seus “recursos” tolhidos passam a se reinventarem como pessoas, sendo capazes

de enquadrar-se no caso descrito no parágrafo anterior [surdez como diferença e não como deficiência]...” (p. 16)

Surgem nesse cenário alguns pontos importantes para tratarmos. A visão clínica⁵ relacionada à surdez, claramente coloca surdos e ouvintes em um patamar de desigualdade, que inevitavelmente poderá influenciar suas relações em seu cotidiano comum. Pensamentos preconceituosos, por parte dos ouvintes, poderão surgir acerca do surdo, seu comportamento e possibilidades sociais.

Por outro lado, percebemos que ao posicionar a identidade surda padrão como modelo identitário ideal para o surdo, Perlin (1998) apresenta outro possível ponto de tensão na relação surdo-ouvinte: o de que o surdo deva ser valorizado pela sua diferença em relação ao ouvinte. Ao categorizar a língua de sinais como língua exclusiva do surdo e valorizar sua experiência visual em detrimento da do ouvinte, a autora reforça diferenças entre surdos e ouvintes, o que pode trazer consequências negativas para tal relação, por representar mais um movimento de autoafirmação do que a real identificação e valorização daquilo que seria especial no fato da surdez. Afinal, a experiência visual do surdo pode ser apenas um aspecto que, *grosso modo*, poderia sugerir alguma diferença quanto à experiência e percepção de mundo de surdos e de ouvintes, talvez não suficiente para estabelecermos quaisquer formas de julgamento de valor. Além do mais, independentemente do papel de adequação que as línguas de sinais desempenhem para o surdo, como línguas naturais, elas não são exclusivas de nenhum grupo de pessoas específico, a não ser os dos verdadeiros nativos daquela língua, sejam eles surdos ou ouvintes⁶.

O tratamento das línguas de sinais como “língua do surdo” e a distinção acerca da experiência e percepção de mundo existente entre surdos e ouvintes são fatores que impactam a relação surdo-ouvinte como um todo, mas podem impactar de modo particular quando a relação é analisada do ponto de vista da própria comunidade surda, contexto em que os ouvintes passam ao *status* de grupo quantitativamente menor, carregando as marcas históricas e sociais do contexto em que são tidos como grupo majoritário.

⁵ Ver seção 2.2 deste trabalho

⁶ Assunto a ser tratado mais a frente neste trabalho.

2.2 Visão clínica e socioantropológica

Estudos sobre a surdez têm se debruçado sobre os dilemas vividos por surdos na sociedade ouvinte. Nesse contexto identificam-se duas visões distintas a respeito da surdez: a visão clínica e a visão socioantropológica.

Sobre a visão clínica da surdez, Skliar (1998) explica que esta trata os surdos a partir da noção de deficiência, da falta, do déficit. Enxergar os surdos sob a ótica clínica é entender que eles possuem uma deficiência – a auditiva – que precisa ser corrigida. Portanto, na visão clínica os surdos são chamados de deficientes auditivos. As formas de correção para tal deficiência conhecidas hoje são os tratamentos fonoaudiológicos, o uso de próteses auditivas e o implante coclear.

Os tratamentos fonoaudiológicos têm por objetivo ensinar ao surdo uma língua oral, uma vez que, tendo ausência da audição, a aquisição de língua oral não consistirá no mesmo processo que o das pessoas que estão expostas auditivamente a esta língua. Atualmente, são usados *softwares* de estímulos visuais, que ajudam no aprendizado da língua oral, bem como jogos que visam aprimorar o controle da respiração durante a fala. (JERONYMO, 2004)

Há também a possibilidade de uso de próteses auditivas que depende do grau de surdez diagnosticado. A perda auditiva pode ser catalogada como leve, moderada, severa ou profunda, e para cada caso é recomendado um tipo de tratamento diferente com próteses auditivas. (LANZETTA, 2008)



Figura 1: Próteses auditivas convencionais, da esquerda para a direita: retroauricular e intracanal.

Fonte: www.surdez.org.br

Cada vez mais, a tecnologia digital é usada nas próteses auditivas. Como mostram Tomita e Felix (2012), essa tecnologia permite amplificar os sons, melhorando a percepção sonora do deficiente auditivo. No entanto, a audição não é completamente restaurada:

“Os aparelhos de amplificação sonora individual já são bem conhecidos do grande público e são a forma de reabilitação auditiva mais comum. Basicamente, eles funcionam como um miniamplificador. Com este dispositivo, conseguimos reabilitar perdas desde leve a severas, desde que tenham uma discriminação sonora adequada. A primeira tecnologia era analógica e, hoje, praticamente todos utilizam formas digitais de reprodução sonora. Os objetivos maiores da amplificação são: amplificar a percepção sonora em diversas situações cotidianas e favorecer a comunicação humana e, conseqüentemente, a integração do indivíduo no convívio social”. (TOMITA; FELIX, 2012, s. p.)

Assim, nesta visão, a integração no convívio social se daria pelo motivo de o indivíduo conseguir se comunicar em dada língua oral. Imediatamente, identificamos um ponto de tensão na relação surdo-ouvinte. Ao assumir a visão de que o uso de tais tecnologias “favorece a comunicação humana”, os adeptos dessa visão não reconhecem o *status* de língua das línguas de sinais e, por consequência, seu papel social na vida do surdo e na dos que o cercam.

A área clínica entende, portanto, que é necessário iniciar o tratamento da surdez precocemente, para que a criança possa adquirir⁷ a língua oral. Por assumir que a forma de se comunicar e de aprender dessa criança deverá ser por meio da língua oral, o tratamento e aquisição dessa língua deve acontecer na mais tenra idade.

Outra forma de correção da deficiência auditiva associada à visão clínica da surdez é o implante coclear. O implante coclear foi desenvolvido em Los Angeles, em 1976, pelo Dr. William House. (Tomita, Felix, 2012). O implante é recomendado para pessoas com perda auditiva profunda ou severa que não conseguem ou certamente não conseguirão obter benefícios com o uso da prótese auditiva. É necessária uma avaliação que envolva vários profissionais antes da realização do implante. Essa avaliação trata desde o estado geral do sistema auditivo do indivíduo, até as condições emocionais e motivações para tal procedimento.

Segundo Tomita e Felix (2012), para a realização do implante é feito um procedimento cirúrgico de inserção de um dispositivo interno, composto de receptor, processador e cabo de eletrodos. Um dispositivo externo é colocado após a recuperação da cirurgia. Após 4 semanas da cirurgia, o implante é ativado, e então o implantado deverá ter acompanhamento de uma equipe multidisciplinar com consultas periódicas para: “avaliação otorrinolaringológica; mapeamento e balanceamento de eletrodos; audiometria em campo livre; testes de percepção da fala e orientação fonoaudiológica” (TOMITA, FELIX, 2012, s. p.).

Observamos, assim, que o surdo implantado não se torna um ouvinte prototípico, no sentido daquele que nunca possuiu deficiência auditiva. A pessoa que fez o implante coclear continuará precisando de tratamento fonoaudiológico, para aprendizado da língua oral, bem

⁷ Mais à frente discutiremos a questão da aquisição da linguagem.

como de acompanhamento de outros profissionais que tratarão de sua audição e fala, sem nenhuma previsão de fim deste acompanhamento.

A pesquisa de Tomita e Felix (2012) trata como avanço a possibilidade de realização do implante em crianças, como mostra o fragmento abaixo:

“O limite inferior de idade para implantação vem diminuindo a cada ano. Antes, o limite inferior nacional era de 2 anos de idade, passou-se para um ano e, hoje, excelentes resultados com baixo risco são obtidos em crianças menores de um ano de idade”. (TOMITA; FELIX, 2012, s. p.)

Existe a crença de que somente a partir do implante o indivíduo poderá ter acesso a alguma língua natural. Nessa visão, para que o processo de aquisição de linguagem tenha sucesso, o ideal é que a criança esteja exposta, desde a mais tenra idade, a uma língua. Se a motivação de inserir o implante coclear cedo for devido às conexões neurais terem mais sucesso de se desenvolverem bem, então é possível que haja amparo científico para tal decisão. Se por outro lado o motivo para a implantação tenra for que apenas línguas orais são línguas naturais, então essa ideia estará equivocada. Como apresentaremos no capítulo 3, as línguas de sinais também são línguas naturais de modo que os tratamentos auditivos e fonoaudiológicos não são os únicos caminhos possíveis para que o sujeito surdo tenha acesso a uma língua natural, imprescindível para o seu desenvolvimento cognitivo.

Além disso, estes mesmos autores nos informam que quando o paciente e sua família não compreendem as limitações do implante e têm expectativas irreais quanto aos seus resultados, o implante não é recomendado. Porém, se o implante for feito em crianças em tão tenra idade, não será possível avaliar nem as expectativas delas em relação à cirurgia, nem como isso afetará o restante de sua vida. E este é um dos pontos mais questionados pela comunidade surda sobre o implante coclear.

É preciso lembrar que as línguas de sinais, e não somente as línguas orais, são línguas naturais, e podem ser utilizadas por pessoas com (ou sem) deficiência auditiva sem qualquer necessidade de intervenção médica ou cirúrgica. Vem à tona outro ponto questionado pela comunidade surda quanto ao implante coclear, que é o de não se considerar que a língua de sinais é tão legítima quanto a língua oral. Assim, pensa-se que a integração plena do surdo à sociedade só se dará por meio do aprendizado da fala oral, como afirma Gesser (2009):

“O discurso está claramente amarrado ao ideal de um indivíduo que fala e ouve, a “um desejo de tornar os surdos ouvintes”, e esse desejo passa pelo discurso da cura, que prega a recuperação da audição e o desenvolvimento de uma língua (neste caso, a língua oral).” (p. 82)

Se a Libras fosse parte do cotidiano de todos os indivíduos de nossa sociedade, como primeira ou segunda língua, provavelmente a língua oral não seria em algum momento considerada como única alternativa de integração plena dos surdos. Para isso, porém, é necessária uma política linguística que favoreça esse acesso a todos.

Atualmente, a visão clínica tem sido amplamente criticada pela comunidade surda, por considerar o aprendizado da língua oral e os tratamentos auditivos como únicos caminhos de integração da pessoa surda à sociedade. São feitos muitos estudos e dispendiosos tratamentos para que a criança surda aprenda a língua oral. Percebe-se aqui um processo de aprendizado mediado por diversos profissionais, sem previsão de término, e não simplesmente o processo natural que todas as crianças passam ao serem inseridas, ainda bebês, em uma comunidade linguística, surda ou ouvinte. Tudo isso gera tensões entre os grupos surdos e ouvintes, na medida em que a visão clínica é defendida por alguns e repudiada por outros.

Kelman (2010) menciona um estudo realizado por Bat-Chava (2000) com surdos adultos americanos, mostrando que os que apresentam autoidentificação (identidade) surda também apresentavam autoestima maior do que os surdos que se identificavam mais com a realidade dos ouvintes.

O estudo de Bat-Chava (2000) pode refletir uma consequência indireta entre a posição identitária dos surdos com alta autoestima e a relação surdo-ouvinte. Talvez, haja, por vezes, algum grau de rejeição, por parte desses grupos de surdos com relação aos ouvintes inseridos em seus contextos. É claro que não há uma relação necessária entre a autoestima de um grupo e seu grau de aceitação do outro, mas empiricamente verificamos atitudes de rejeição ao uso da língua portuguesa por parte de alguns surdos, ou de certa preferência pelo nascimento de filhos surdos, por parte de certos casais.

A questão da baixa autoestima de surdos que não se enquadram na identidade surda padrão, possivelmente, se deve aos prejuízos que a condução de certas práticas ligadas à visão clínica trouxe para a construção da identidade e auto estima de muitos surdos, como relata Gesser (2009):

“A oralização deixou marcas profundas na vida da maioria dos surdos. Pode-se dizer que a busca desenfreada pela recuperação da audição e promoção do desenvolvimento da fala vocalizada pelo surdo são objetos que se traduzem em vários sentimentos: desejo, dor, privação, aprovação, opressão, discriminação e frustração. Essa história dos surdos é narrada em muitos capítulos, e todos os surdos têm um fato triste para relatar. Ela traz resquícios muito vivos dos traumas que alguns surdos viveram em tempos em que a língua de sinais foi violentamente banida e proibida”. (p. 50)

Missagia Júnior (2005), porém, pondera que a visão clínica não deva ser considerada ilógica. Este autor defende que o fato de a surdez ser vista como deficiência tem sua sustentação, mas não considera esta visão como a melhor maneira de encarar a surdez, posto que trata superficialmente a especificidade da experiência/percepção que os surdos têm em relação a dos ouvintes, como mostra a citação abaixo:

“Este raciocínio [surdez como patologia] não pode ser tomado de forma alguma como ilógico, uma vez que de fato as crianças que nasceram surdas ou que ficaram surdas preservam em seus organismos certos indícios de que a capacidade de escutar, e de conseqüentemente falar, era para ter sido desenvolvida. Para exemplificar basta lembrar da orelha externa, que certamente não tem como função biológica apenas servir de apoio, conjuntamente com o nariz, para os óculos. [...] Apesar da argumentação da surdez como patologia ter sua base de sustentação, é inegável que ela ignora um aspecto importante da vida de uma parcela considerável dos surdos: o fato dela ser um todo completo em relação a si mesma. A pessoa surda constitui um todo completo perante si mesma quando forma-se como unidade psíquica, biológica e intelectual, como um ser sem registros significativos de informação sonora. Deste modo pode-se dizer que o surdo [...] não tem um déficit auditivo, tem apenas uma condição distinta da dos demais, mesmo porque ele por ele mesmo, não tem registro do que ele nunca teve. Ele tem apenas o registro do que esta ausência lhe trouxe como consequência”. (p. 16)

A visão clínica, portanto, considera que a pessoa surda é simplesmente alguém que não tem a audição, e não alguém que vai experimentar, significar e se relacionar com o mundo de um modo totalmente diferente dos ouvintes. Todas as relações do sujeito surdo com a sociedade estarão permeadas por essa diferença. Nenhum tratamento auditivo ou fonoaudiológico, por mais eficiente que seja, poderá dar conta dessa diferença.

A visão socioantropológica da surdez surge dentro dos Estudos Surdos⁸, que buscam estudar as relações de poder entre os surdos e a sociedade ouvinte. Nessa perspectiva, Skliar (1998) defende que a surdez seja olhada não a partir da ausência, mas da “presença”. O autor defende que é preciso desconstruir a ideia de normalidade, uma vez que esta é uma noção socialmente construída. Na visão desse autor, o surdo tem experiências visuais muito diferentes de qualquer ouvinte, e é essa experiência que o torna diferente. De acordo com a concepção socioantropológica, “a surdez é compreendida como experiência visual, desestabilizando ideias preconcebidas sobre a chamada normalidade.” (SKLIAR, 1998, p.11).

Em relação a essa questão, podemos refletir sobre como as diferenças entre surdos e ouvintes se refletem no cotidiano. É óbvio que, numa casa onde resida um surdo, por exemplo,

⁸ Estudos Surdos é um campo de pesquisa que surgiu dentro dos Estudos Culturais, que tem por objetivo investigar as relações entre diferentes culturas, e os vínculos de poder e hierarquização que permeiam essas relações. No início dos anos 2000, os surdos passaram a ser estudados sob essa perspectiva. Os estudos surdos geraram uma série de 4 livros, publicados entre 2006 e 2009, apresentando os resultados das pesquisas realizadas. Este material está disponível no link: <http://editora-arara-azul.com.br/site/e-books> Acesso em: 04 de dezembro de 2015.

a campainha sonora, tão eficiente para os ouvintes saberem quando alguém chama, não terá nenhuma serventia. O surdo irá preferir um dispositivo que trabalhe com a luz, e não com o som, porque estes estarão adequados à sua realidade de percepção visual.

Um outro exemplo também é o fato de os surdos estarem mais propensos do que ouvintes a atender pessoas que os chamem acenando de longe com as mãos. Porque, em geral, talvez, os ouvintes – pelo menos os que ainda não estão imersos no mundo da Libras – não dão atenção a acenos se eles não vierem junto com algum grito ou chamamento sonoro. Isso pode acontecer porque a percepção dos ouvintes está dividida entre o campo visual e a percepção sonora. Já os surdos, não tendo como dar atenção alguma aos sons, podem ter sua percepção baseada exclusivamente na visão, fazendo com que ela seja mais atenta e cautelosa a certos detalhes que poderiam passar despercebidos pelos ouvintes.

Strobel (2009) faz uma diferenciação entre povo surdo e comunidade surda, buscando alguns autores, como Padden e Humphries (2000), para embasar sua argumentação. Para esses autores, os surdos possuem tanto em comum que caberia classificá-los como um “povo”. A comunidade surda, diferentemente, poderá ser composta também por ouvintes que tenham fortes relações com surdos e tenham com eles objetivos comuns:

“[...] entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos; há também sujeitos ouvintes – membros da família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham interesses comuns em uma determinada localização. Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. [...] Quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços”. (STROBEL, 2008, p. 38)

Percebe-se aqui uma diferenciação entre povo surdo – que é composto apenas por surdos – e comunidade surda – da qual também fazem parte ouvintes, como membros da família de um surdo, filhos de pais surdos, professores de surdos, intérpretes e outras pessoas que partilhem de interesses comuns com os surdos.

Considerando, então, a discussão acerca dos diferentes enquadres identitários aqui apresentados e que comunidade surda é composta por surdos e ouvintes, podemos nos perguntar sobre como é para esse ouvinte adentrar no universo surdo. Ele aceitará de pronto esse novo universo? Ele será bem aceito pelos demais?

O ouvinte ingressante nesta comunidade está suscetível a sentir certos estranhamentos por estar entrando em contato com um mundo bastante diferente (GESSER, 2009, 2012). Sobre

esse processo de aprendizado a respeito do universo surdo, por parte dos ouvintes, Perlin e Quadros (2006) afirmam que:

“É perceptível aos ouvintes presenciar situações tocantes devido a rupturas da diferença do ser surdo e do ser ouvinte. Rupturas que tendem a apontar estratégias de ser o outro na representação cultural. [...] O constante entre as narrativas em que víamos o outro de si mesmo como o anormal tende a decair”. (p. 168)

A perspectiva do ouvinte que adentra a comunidade surda pode nos trazer muitas considerações sobre a relação surdo-ouvinte. De fato, é possível pensar no ganho social oriundo do contato entre esses dois indivíduos, se pensarmos que ao se deparar de modo mais próximo com a realidade surda, o indivíduo ouvinte pode se tornar peça fundamental na desconstrução de pensamentos preconceituosos e atitudes estigmatizantes em relação ao surdo.

Pensar em inclusão, por exemplo, se torna uma questão política menos sujeita às práticas populistas tão comuns nos dias atuais. Até mesmo as escolas antes exclusivas de surdos estão agora tendo de acolher alunos com diferentes necessidades especiais, o que faz com que suas práticas tenham de ser repensadas para atender a todos os alunos. E essas instituições podem enfrentar dificuldades em atender, numa mesma sala, alunos com diferentes demandas.

A inclusão, principalmente a escolar, pode se tornar caminho de reforço do preconceito contra o surdo. Escolas inclusivas podem, por exemplo, preterir ou falsear o uso de uma língua de sinais, pela necessidade de atender simultaneamente públicos que falam línguas diferentes, reforçando, indiretamente, o preconceito linguístico, uma vez que colocam a língua de sinais como uma espécie de “segunda opção”. Ao selecionar a língua oral como língua de instrução, a escola pode gerar uma série de atitudes estigmatizantes, tais como o questionamento do *status* de língua das línguas de sinais e da capacidade cognitiva daqueles que se utilizam uma “espécie, não natural, de linguagem gestual”. Nesse sentido, o ouvinte pertencente à comunidade surda pode ser um ótimo parceiro na desconstrução de diversos preconceitos.

2.3 Discutindo a estigmatização

O termo “estigma” surge na sociedade grega, que marcava com cortes ou fogo o corpo de certos indivíduos, aos quais se atribuía *status* moral inferiorizado. Era o caso de escravos, criminosos ou traidores. A pessoa marcada estaria ritualmente poluída e deveria ser evitada principalmente em lugares públicos e, em termos atuais, o avanço na área médica atribuiu ao termo o sentido metafórico de algum distúrbio físico (GOFFMAN, 1988). Podemos dizer que a visão clínica da surdez contribuiu para o processo de estigmatização dos surdos. O estigma ainda

está associado a algum atributo do indivíduo que o faz ser profundamente depreciado pela sociedade, o que acontece com muitos surdos até hoje.

Goffman (1988) faz um estudo detalhado sobre como a noção de estigma e de sujeito estigmatizado é construída socialmente, e como esta noção influencia o modo como as pessoas se relacionam umas com as outras:

“A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. [...] Baseando-nos nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”. (p. 12)

Em outras palavras, o autor está nos detalhando como o conceito de normalidade é construído. São estabelecidos os atributos mais prováveis de se encontrar nos indivíduos de uma sociedade e de seus grupos; esses são os atributos mais aceitos, isto é, um indivíduo que os possua não chamará a atenção ou despertará a curiosidade de outrem, pois são esses atributos os esperados e considerados comuns. Goffman está relatando, em outras palavras, que facilmente transformamos esses atributos em expectativas rigorosas para todos os indivíduos. Não tê-los significará estranhamento no âmbito social maior.

Quando uma pessoa possui um atributo ou característica tida como menos desejável, ou seja, diferente das características esperadas em um indivíduo daquela sociedade/grupo, ela pode ser estigmatizada pelos membros desta sociedade/grupo. Ser estigmatizado significa possuir uma característica marcada, a qual, por não ser o padrão, desperta no grupo “dominante” curiosidade, estranhamento, rejeição ou repulsa.

Logicamente este é um processo inconsciente. Ninguém percebe, necessariamente, que rejeita nos outros determinadas expectativas ligadas a sua aparência, seus atributos ou características. Ninguém percebe que estará rejeitando alguém que tenha alguma característica marcada, até que esse alguém apareça, como afirma Goffman (1988):

“Caracteristicamente, ignoramos que fazemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está a nossa frente deveria ser”. (p. 12)

Sendo assim, numa sociedade majoritariamente ouvinte, o atributo comum e considerado natural para seus membros é a audição. A audição é o esperado. Nesse sentido, a surdez, por ser o aspecto não legitimado, pode se tornar motivo pelo qual os surdos sejam estigmatizados.

A estigmatização prevê vários pré-julgamentos a respeito do sujeito que apresenta determinada característica, apesar de tal característica, em si, não necessariamente carregar qualquer ponto passível de juízo de valor: ninguém se torna melhor ou pior, simplesmente por conta de determinada característica. Entretanto, nas relações sociais, atribuem-se valores a determinadas características, muitas vezes, considerando-se o indivíduo possuidor desta como ‘anormal’ ou ‘sem cultura’, tal como, por exemplo, acontece com surdos e índios, respectivamente. O estigma é, portanto, uma construção social, quase sempre relacionado apenas a uma condição biológica/social prévia.

A surdez é um atributo que, em si, não torna uma pessoa melhor ou pior do que outra. Mas o fato de ser uma característica marcada em nossa sociedade faz com que seja considerada para além da noção de deficiência, no sentido de déficit, mas no de anormalidade, e com isso, de descrédito. Isto é, a pessoa que tem um estigma – e aqui podemos dizer que a surdez é um estigma, em nossa sociedade – é desacreditada, como diz Goffman (1988, p. 15): “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.”

Skliar (1998) problematizou o conceito de normalidade, como vimos, e falou a respeito dos contrastes binários que estão imbricados na educação de surdos. O trabalho de Skliar volta-se para o contexto educacional, mas é possível expandir algumas de suas ideias para o contexto das relações sociais em geral. Interessa a ele ir além da habitual oposição entre modelos clínicos e socioantropológicos sobre a surdez. Esse autor explica que a visão socioantropológica não consegue explicar porque a surdez está dentro do discurso da deficiência, e, por sua vez, a visão clínica não dá conta de explicar porque um surdo sofre situações de opressão similares àquelas pelas quais passam um morador de rua, um indígena ou um trabalhador rural – sujeitos que sequer possuem questões que poderiam ser catalogadas como patologias (SKLIAR, 1998):

“A questão das oposições binárias: normalidade/anormalidade, ouvintes/surdo, maioria ouvinte/minoria surda, língua oral/língua de sinais, etc., constitui, na atualidade, um dos fatores mais nocivos à análise da realidade educacional e seu enraizamento ideológico parece não apenas inevitável como também insuperável. [...] A quem ou para quem servem estas, ou outras, oposições?”. (p. 20)

O que Skliar mostra, em outras palavras, é que nosso pensamento está condicionado a pensar em oposições binárias acerca das coisas. Assim, se temos um padrão de normalidade estabelecido e esperado em nossas mentes, qualquer um que esteja fora deste padrão será considerado fora da normalidade.

Mas quem apresenta absolutamente todas as características esperadas para o que é considerado normal? Será que não apresentaremos todos idiosincrasias? Faz mesmo sentido considerar esses contrastes binários, estabelecer padrões de normalidade e estigmatizar aqueles que estejam à margem dos modelos prototípicos valorizados como ideais?

Especificamente sobre a relação surdo-ouvinte, podemos pensar, então, que:

“A configuração do ser ouvinte pode começar sendo uma simples referência a uma hipotética normalidade, mas se associa rapidamente a uma normalidade referida à audição e, a partir desta, a toda uma sequência de traços de outra ordem discriminatória. Ser ouvinte é ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto, significa não falar – surdo-mudo – e não ser humano”. (SKLIAR, 1998, p. 21)

De fato, a caracterização do padrão a partir do caráter ouvintista, definitivamente influenciará as relações entre surdos e ouvintes ao longo da história, incluindo-se aqui as relações contemporâneas. Por exemplo, Skliar (1998) menciona que muitas vezes surdos acabam sendo catalogados como autistas, psicóticos, deficientes mentais, afásicos e esquizofrênicos, mesmo que não o sejam de fato. O maior prejuízo disso, segundo este autor, é a devastação psíquica que essa generalização traz para os surdos, e tal fato reforça as relações de poder assimétricas, nas quais estigmatizados estão em constante desvantagem.

Fato interessante existente nas relações de base padrão-estigma é a “benevolência”, a “caridade”, que, por vezes, mascara o fato de os estigmatizados serem considerados “inferiores”:

“As atitudes que nós, normais⁹, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”. (GOFFMAN, 1988, p. 15)

A relação surdo-ouvinte muitas vezes pode ser permeada por esta realidade. Atitudes tais como a de professores que exigem menos da correção de avaliações de alunos surdos, mascaradas como práticas legítimas de inclusão, podem revelar posicionamento preconceituoso, delimitado a partir da identidade ouvintista¹⁰ compreendida como superior.

O mesmo pode ser dito de práticas desprovidas de reflexão e que defendem que o surdo deva usar exclusivamente uma língua de sinais. Ao defender que o surdo não precisa da língua

⁹ No parágrafo anterior, Goffman define quem são os que ele está chamando de “normais” em todo o seu trabalho. Ele usa esta nomenclatura para designar todos aqueles que “não se afastam negativamente das expectativas particulares” (p.14), isto é, apresentam basicamente todas as características não marcadas em sua sociedade e não possuem nenhum estigma.

¹⁰ “Ouvintista” é um termo que aparece no texto de Skliar (1998) e que a comunidade surda utiliza atualmente para denominar, de forma bastante pejorativa, o fato de colocar a identidade ouvinte como superior.

escrita, defende-se o direito de escolha desse sujeito, de viver somente em contato com uma comunidade: a comunidade surda. Por outro lado, isso pode-se estar ratificando uma prática de exclusão em prol de uma suposta defesa populista de direitos do surdo no que diz respeito ao uso de língua. Uma vez que nossa sociedade não é composta somente por pessoas sinalizantes¹¹ e está permeada de informações escritas, o indivíduo que não se desenvolve na leitura e escrita estará se impondo barreiras, desde dificuldades de entender placas de sinalização nas ruas até a não compreensão de documentos oficiais, por exemplo. Novamente, podemos salientar a existência de certa “benevolência”. Neste caso, fomenta-se a continuidade de exclusão dos surdos, mascarando-a como se fosse luta pelos direitos desses sujeitos.

Cabe salientar que não somente as deficiências ou deformidades físicas são consideradas estigmas no trabalho de Goffman (1988), mas também determinadas escolhas pessoais, diferenças étnicas, raça ou religião:

“Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo as culpas de caráter individual [...], sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo (*sic*), desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (p. 14)

Em todos esses tipos de estigma, para o autor, pode-se observar as mesmas características sociológicas, inclusive na definição de estigma que os gregos tinham em mente: um indivíduo que não é facilmente aceito no convívio social por possuir um traço que “justifica” que os outros se afastem dele, impossibilitando, inclusive, que outros atributos possam ser alvo de atenção (GOFFMAN, 1988).

Os surdos são só mais um caso de grupo estigmatizado na nossa sociedade, embora não o único, como bem salientou Missagia Júnior (2004). No próprio âmbito da surdez podemos citar pontos de tensão, por exemplo, em relação aos intérpretes de línguas de sinais, que, por conta de não serem identificados como “nativos” daquela língua, podem ser objetos de preconceito linguístico, na medida em que supostamente “não saberiam tão bem a língua”, ou não teriam intuição linguística para compreender certos aspectos da língua com a qual trabalham. Tal fato, além de demonstrar uma situação de estigmatização possivelmente existente na relação ouvinte-surdo, revela uma concepção errônea a respeito do conceito de nativo, o que será melhor discutido mais à frente, neste trabalho.

¹¹ Neste trabalho utilizaremos as expressões “sinalizantes”, “falantes” e “usuários” de Libras como sinônimos.

Notamos, assim, que as relações de poder assimétricas, profundamente relacionadas a questões identitárias, que acabam passando também por certas questões linguísticas, são sempre o contexto em que emergem atitudes de rejeição ou repulsa no caso da comunidade surda no Brasil. Como vimos, em âmbito social maior, o surdo pode ser tratado de modo diferenciado por conta de sua condição de “diferente” do enquadre tido por modelar, assim como, proporcionalmente, o intérprete - e outros ouvintes pertencentes à comunidade surda, contexto em que seriam minorias - também pode ser objeto de atitudes de rejeição/preconceito, quanto ao uso “correto” da língua de sinais, pelo fato de não ser surdo.

Freire (1987) trata das relações assimétricas de poder em seu trabalho *Pedagogia do oprimido*. Para ele, oprimido seria o sujeito que não é enxergado como tal, e que tem sua “humanidade” roubada e negada, pelos que se identificam como seres humanos superiores. O autor acredita que é através da educação que os indivíduos podem tomar consciência dos papéis que estão desempenhando, e então escolher permanecer em suas posições, ou abandoná-las. O abandono de papéis, tanto do de oprimido quanto do de opressor, é o que ele chama de ‘liberdade’.

Assim, é papel do indivíduo em desvantagem lutar, por meio da evolução educacional, por modelos mais justos de relações sociais:

“(...) os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais, é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a “pedagogia do oprimido”. (Flori em Freire, 1987, p. 11)¹²

É preciso, entretanto, salientar que libertar-se de fato não é deixar a posição de oprimido para ocupar posição de opressor, mas desvincular-se desse sistema binário de opressão. Freire (1987) nos chama a atenção para o fato de que a tentativa de libertação dos oprimidos quase sempre traz à tona uma situação de “opressão às avessas”, isto é, indivíduos outrora oprimidos assumindo a posição de opressores.

Ora, se o oprimido passa a comportar-se como o opressor, ele o faz porque o único modelo que conhece é o de contrastes binários:

[...] A sua visão do homem novo [visão que o oprimido tem quando repete o comportamento do opressor] é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe

¹² FLORI, Ernani Maria. Prefácio à Paulo Freire, **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 11.

oprimida. Desta forma, por exemplo, querem a reforma agrária, não para libertar-se, mas para passar a ter terra e, com esta, tornar-se proprietários ou, mais precisamente, padrões de novos empregados. (FREIRE, 1987, p. 18)

Para o oprimido que passa a repetir o comportamento do opressor, a única forma de deixar de ser oprimido é tornando-se opressor, posto que esta é a única lógica que conhece. Se ao oprimido lhe é negada a condição de ser humano, logo o opressor é o único exemplo que ele tem disponível. Então, para ele, isto é, para o oprimido que se emancipa mas que não consegue se desprender da lógica de opressão, a única maneira de ter sua humanidade restaurada, é tornando-se também ele mesmo opressor contra aqueles que o oprimiram, ou contra o grupo que representa aqueles que outrora praticavam a opressão. (FREIRE, 1987)

É importante notar que, embora o papel que os indivíduos desempenhavam possa estar mudando – o antes oprimido tornando-se agora opressor – não há liberdade, de fato. A opressão não cessa, só muda de direção. A lógica permanece. Salientamos também que a liberdade do opressor e sua dominação só existem enquanto existe um oprimido e um dominado. Logo, até mesmo a liberdade que aquele que oprime pensa ter não existe, posto que está condicionada a existência de alguém que se submeta à sua dominação.

Guardadas as proporções, as ideias de Freire podem nos ajudar a entender facetas contemporâneas da relação surdo-ouvinte. É possível pensarmos em situações em que ouvintes se encontrem em minoria e em posição de desvantagem frente à comunidade surda, neste caso, majoritariamente composta por surdos. Questões referentes ao menor grau de aceitação/reconhecimento do trabalho do intérprete, do professor ouvinte, do uso da língua oral (na modalidade escrita), por parte de alguns surdos, podem emergir em determinados contextos da relação surdo-ouvinte, sugerindo um movimento de resistência, possivelmente relacionado ao passado de muita invisibilidade dos surdos nas relações sociais assimétricas com o grupo ouvinte dominante, ou mesmo de ideias pré-concebidas relacionadas à realidade do ouvinte. Salientamos que ainda no presente os surdos enfrentam muitas dificuldades e são obrigados a lidar com o desconhecimento de muitos em nossa sociedade sobre suas demandas e necessidades. Isso faz com que outros ouvintes sejam alvo de certa resistência por surdos, como se, caso puderem submetê-los, de certa forma estivessem tornando-se agora opressores dos que antes os oprimiam, ou dos que representam quem os oprimia, isto é, os ouvintes de uma maneira geral.

Vale salientar, portanto, que para Freire (1987), a verdadeira liberdade é alcançada quando este ciclo vicioso de opressão é finalmente quebrado. Quando oprimidos e opressores abandonam o contexto de opressão e têm suas humanidades, de fato, restauradas. Para este autor,

isto só é possível a partir da luta dos oprimidos, unidos como classe, e quando esta luta não tem por objetivo final a criação de novos opressores, mas sim, a libertação de todos.

3. PONTOS DE TENSÃO: LINGUÍSTICOS

Um dos pontos que mais gera conflitos na relação surdo-ouvinte diz respeito a aspectos relacionados às línguas – orais e de sinais – presentes no universo surdo: seus usuários, as políticas linguísticas e a percepção de natividade são alguns dos pontos de tensão que podem emergir nesse contexto. Para abordarmos aspectos da relação surdo-ouvinte relacionados a questões linguísticas, apresentamos algumas questões sobre línguas (de sinais e orais) e que são importantes para nossa discussão.

3.1 Conceito de língua e linguagem

O termo linguagem é atribuído aos diferentes processos de comunicação, incluindo-se a comunicação animal, a linguagem corporal, a linguagem das artes, e as línguas (CUNHA, COSTA E MARTELOTTA, 2011). Nesse sentido, as línguas seriam uma forma de linguagem específica da espécie humana. Hespanhol (2013) sintetiza essa questão na Figura 2.



Figura 2: Língua e linguagem
Fonte: Hespanhol, 2013, p. 35.

Assim, conforme Cunha, Costa e Martelotta (2011), entende-se que o conceito de linguagem aponta para uma capacidade comunicativa geral que abarca, dentre outras possibilidades, as línguas. Segundo os autores, o conceito de língua é normalmente definido como “um sistema de signos vocais¹³ utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística” (CUNHA, COSTA E MARTELOTTA, 2011, p. 16). Tal definição destaca, portanto, a inserção das línguas de sinais, que, embora não

¹³ Para “signos vocais”, Cunha, Costa e Matelotta (2011, p. 16) acrescentam a seguinte nota de rodapé: “Cabe registrar a existência da chamada língua dos sinais utilizada pelos surdos, em que não há signos vocais, mas visuais.”

sejam compostas de signos vocais, apresentam signos visuais além das demais características básicas das línguas naturais.

Portanto, quando os linguistas estudam a linguagem não estão estudando os processos mais variados de comunicação, estando, porém, interessados na descrição e na análise dos reais processos que seriam a base da formação e uso das diferentes línguas, sejam elas orais ou de sinais.

Nos Estados Unidos, a língua de sinais americana foi descrita com os mesmos critérios adotados na análise de outras línguas. Stokoe (1960) apresentou a produtividade/criatividade, flexibilidade, descontinuidade e arbitrariedade presente – na língua de sinais americana (ASL), definindo, de modo cabal, o status de língua natural da ASL. Outros estudos linguísticos da língua de sinais americana foram realizados após o trabalho de Stokoe (1960) (c.f.: Gesser (2009)).

Cunha, Costa e Martelotta (2011) apresentam cinco características básicas, presentes em todas as línguas, que descreveremos a seguir:

1) Toda língua possui uma técnica articulatória complexa

É necessário um conjunto de movimentos corporais para a produção dos fonemas que irão compor a fonologia de qualquer língua. O trabalho de Cunha, Costa e Martelotta (2011) trata da produção dos sons que compõem a fala e também comenta acerca das línguas de sinais.

No caso das línguas de sinais, os parâmetros fonológicos mais utilizados para descrever os sinais seriam: a localização, a configuração das mãos e o movimento das mãos (Stokoe, 1960). Assim, de modo semelhante ao que ocorre nas línguas orais, a alteração de um desses parâmetros¹⁴ seria suficiente para a produção de “pares mínimos”, ou seja, pares de signos individualizados por uma marcação diferenciada. A ilustração abaixo, por exemplo, mostra a atuação do parâmetro movimento das mãos na formação de pares mínimos em Libras.

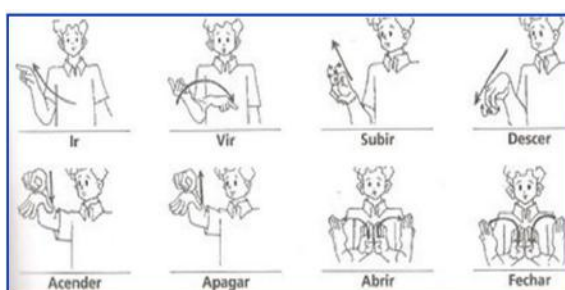


Figura 3: Pares mínimos em Libras, o parâmetro do movimento.

¹⁴ Na verdade, hoje se sabe que só esses 3 parâmetros não dão conta de todos os pares mínimos. Houve revisão na descrição fonológica das línguas de sinais, mas que não é objeto de nossa discussão aqui.

Entender que as línguas de sinais, assim como as línguas orais, possuem um aparato fonológico complexo pode impactar diretamente a relação surdo-ouvinte. Se a crença “línguas orais são superiores em relação às línguas de sinais” tiver um viés linguístico, fonológico, então essa crença não terá fundamento dado os argumentos apresentados.

Ao reconhecerem que, nesse sentido, as línguas de sinais e as orais funcionam em pé de igualdade, pessoas com essa crença poderiam reposicionar também seus pensamentos sobre o papel social do surdo e de suas potencialidades. A maioria ouvinte trata o surdo como uma pessoa que se comunica por gestos e não por uma língua e a constatação do papel linguístico das línguas de sinais será sempre um caminho possível para a diminuição do preconceito. Da mesma forma, o entendimento de que as línguas de sinais não se diferenciam das de modalidade oral pode significar, dentre outros aspectos, maior abertura por parte de muitos surdos ao aprendizado e desenvolvimento de uso das línguas orais na modalidade escrita, além de línguas de sinais.

2) Toda língua apresenta uma base neurológica utilizada na comunicação verbal¹⁵

Há um componente neurobiológico, no que tange à linguagem humana, que fica evidente quando são estudadas pessoas com afasias. Afasias são distúrbios de linguagem provenientes de lesões no cérebro ou acidentes cardiovasculares. As afasias seriam uma comprovação empírica de que não se pode falar da linguagem humana, no sentido de língua, de modo desassociado de um componente neurobiológico.

A Figura 4 ilustra a área de Broca e a área de Wernicke, que foram as áreas estudadas respectivamente por Paul Broca e Karl Wernicke, no século XIX.

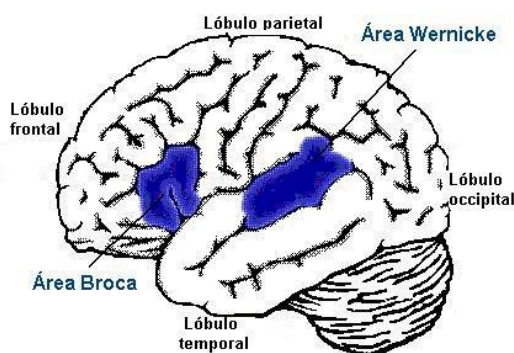


Figura 4: Área de Broca e de Wernicke

¹⁵ Salientamos que “comunicação verbal” não significa “comunicação oral”. Comunicação verbal é qualquer tipo de comunicação que utilize língua, seja ela escrita ou falada, oral ou sinalizada.

Pessoas com afasia de Wernicke são pessoas que têm a área de Wernicke afetada. Wernicke percebeu que elas conseguiam falar fluentemente sua língua, com boa pronúncia e seguindo suas regras sintáticas, embora os enunciados fossem vazios de sentido, além do fato de essas pessoas não conseguirem compreender o que os outros diziam.

Pessoas com afasia de Broca, isto é, que tem a área de Broca afetada, têm dificuldade de formar frases e apresentam articulação deficiente, apesar de conseguirem entender perfeitamente o que as outras pessoas dizem.

Emmorey, Bellugi e Klima (1993) fizeram estudos com pacientes surdos, usuários de línguas de sinais – no caso, a ASL (American Sign Language) – e que apresentaram lesões no hemisfério esquerdo do cérebro, responsável pela linguagem. O objetivo era comparar o padrão de prejuízos dessas lesões com pacientes surdos e ouvintes. Um dos pacientes estudados nessa pesquisa, identificado como “GD”, tinha afasia de Broca e apresentou resultados semelhantes aos casos já conhecidos de pacientes ouvintes com afasia de Broca, como pode ser verificado no trecho abaixo:

GD exibia uma afasia de sinais severa, do tipo de Broca. Ela produzia uma sinalização com esforço e com falta de contorno rítmico. Suas emissões eram, na maioria, sinais simples isentos de complexidade morfológica ou gramatical. Consistiam amplamente de vocábulos de conteúdo e a maior parte do significado da sua sinalização tinha que ser inferida do contexto ou de conhecimento anterior [...]. Em contraste com seu prejuízo na produção de sinais, GD mostrou compreensão de sinais relativamente preservada. (EMMOREY, BELLUGI, KLIMA, 1993, p. 27)

Essa mesma pesquisa não relatou nenhum caso de pacientes com afasia de Wernicke, embora tenha relatado casos de pacientes com outras lesões cerebrais responsáveis por erros fonológicos na produção dos sinais, déficits de compreensão de comandos e erros em seleções morfológicas e lexicais na hora de produzir enunciados.

Tais fatos mostram que o funcionamento da linguagem está relacionado a uma estrutura biológica, não importando se a modalidade da língua é oral-auditiva ou viso-espacial.

A constatação de distúrbios de linguagem em falantes de língua oral e falantes de línguas de sinais é mais um argumento para a diminuição de problemas oriundos da concepção errônea de que as línguas de sinais seriam formas de linguagem, e não línguas. Tais fatos de ordem biológica mostram justamente o contrário, já que nivelam surdos e ouvintes em um mesmo eixo, posto que o objeto que sofreria prejuízo, a língua, seria o mesmo para ambos os grupos, independentemente de sua modalidade. Vemos que aspectos linguísticos são afetados nas duas

populações, o que revela uma grande evidência para o fato de que as línguas de sinais, enquanto objeto cognitivo especificamente humano, não são essencialmente diferentes das línguas orais.

Infelizmente, as crenças relacionadas às capacidades intelectuais e cognitivas dos surdos são muito relacionadas ao uso de uma “linguagem de sinais” e apontam para indivíduos que seriam menos capazes cognitivamente do que os ouvintes, mostrando grande falta de conhecimento acerca do conceito de língua.

3) Toda língua possui uma base cognitiva que rege as relações homem-mundo

A língua está intrinsecamente ligada à cognição humana. Cunha, Costa e Martelotta (2011) entendem cognição aqui como um conjunto de processos associados à nossa capacidade de compreender a realidade e as informações que nos cercam; à nossa capacidade de armazenar e organizar na memória essas informações e de transmiti-las em situações reais de comunicação. Em outras palavras os autores defendem um conjunto de habilidades cognitivas gerais que encabeçariam também a capacidade linguística. Há ainda outras perspectivas sobre a base cognitiva da linguagem que afirmam haver um componente especificamente linguístico responsável pela capacidade mental dos seres humanos terem uma língua (Chomsky, 1957).

No século XX, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf desenvolveram a hipótese do relativismo linguístico, segundo a qual a linguagem é importante para organizar o pensamento e categorizar o mundo. Segundo essa hipótese, cada falante de uma língua estaria condicionado a compreender e categorizar o mundo de acordo com sua língua (CUNHA, COSTA E MARTELOTTA, 2011)¹⁶.

França (2002) traz algumas explicações acerca da hipótese de Sapir-Whorf, apresentando interpretações mais e menos radicais a respeito desta hipótese. A menos radical, segundo a autora, seria o Relativismo Linguístico, que defende que diferenças nas línguas causam diferenças nos pensamentos de seus falantes; e a mais radical seria o Determinismo Linguístico, que afirma que os pensamentos dos falantes são determinados pelas categorias à disposição na língua desses falantes.

Independentemente da perspectiva teórica, todas as línguas apresentam uma base cognitiva especial que concede aos falantes ferramentas como criatividade e recursividade, algo não alcançado em outras espécies. Estudos nos últimos quarenta anos relacionados à tentativa

¹⁶ Os autores trazem exemplos de algumas línguas indígenas em que “sol” e “lua” são traduzidos por um único termo, mostrando que para os falantes daquelas línguas essas duas coisas pertencem a uma mesma categoria.

de ensino de línguas de sinais a primatas não conseguiram alcançar os níveis existentes nos seres humanos (MEHLER & DUPOUX, 1994).

4) Toda língua possui uma base sociocultural que atribui à linguagem humana aspectos variáveis verificáveis no tempo e no espaço

Quanto a este aspecto, é possível afirmar, em termos de uso, que a língua não se realiza uniformemente o tempo todo. Existem variações regionais, que mostram que um carioca não fala do mesmo modo como um gaúcho, por exemplo. Também é possível falarmos de variações refletidas na língua, que demonstram diferenças no linguajar específico de determinados grupos sociais e etários. Isso acontece em todas as línguas.

Outro ponto que demonstra que a linguagem se manifesta de modo diferenciado seria o contexto situacional em que se encontram os interlocutores. Um mesmo indivíduo pode usar diferentes registros (formal/informal) em uma palestra ou em uma conversa com amigos e parentes, utilizando sempre uma mesma língua.

Assim como a própria mudança linguística, resultante do processo de variação, as línguas (orais e de sinais) mudam com o tempo, devido a fatores linguísticos e extralinguísticos. Termos caem em desuso (como aconteceu recentemente no português brasileiro com a palavra 'torpedo' se referindo a mensagens de texto no celular), novos termos surgem (vide empréstimos do inglês para o português como *software*, *pen drive*, etc.) e esta é uma realidade de todas as línguas.

Em Libras, por exemplo, temos um caso de mudança apresentado no trabalho de Diniz (2011) para o sinal de CAFÉ, como mostra a figura 4.



Figura 5: Sinal de CAFÉ em Libras, em 1875 e em 2006.

Fonte: Diniz, 2011, p.53.

Esses mesmos fenômenos acontecem com a Libras. Percebemos então que a Libras é, portanto, uma língua, na medida em que apresenta variações e mudanças. Se não há valor

hierárquico entre o português e a Libras, seria de se esperar que houvesse uma horizontalização das relações de poder entre os usuários de cada uma. No entanto, observamos que apesar de não haver hierarquia linguística, há valores sociais atribuídos as diferentes línguas naturais que suplantam as questões linguísticas.

Quando falamos de valor hierárquico entre línguas, podemos exemplificar essa ideia com uma frase de Hubert Lyautey (*apud* MANÉ, 2012) que, ao explicar a diferença entre língua e dialeto, disse que “língua é um dialeto que possui um exército, uma marinha e uma aviação”.

Não há nada que dê base para considerar língua alguma melhor do que outra, ou seja, nada que justifique a resistência à língua de sinais ou ao português. Em outras palavras, não há o que justifique o preconceito linguístico em qualquer direção, embora não seja isso que observemos.

5) Toda língua possui uma base comunicativa que fornece os dados que regulam a interação entre os falantes:

Existem aspectos provenientes da interação entre indivíduos que se revelam na estrutura das línguas. Cunha, Costa e Martelotta (2011) dão o exemplo da dupla negação, no português brasileiro, fenômeno no qual a tonicidade do “não” inicial de frases como “Não quero isso, não” é enfraquecida, tornando-o um /*num*/ átono, com conseqüente esvaziamento semântico. O acréscimo do segundo “não”, tônico, funcionaria como estratégia comunicativa de compensação do enfraquecimento fonético do “não” pré-verbal” (p. 20).

Um exemplo semelhante acontece com a negação em Libras: nessa língua o elemento de negação deve vir sempre após o verbo (nos casos em que o verbo não incorpora a negação). Quando o elemento de negação aparecer antes do verbo (para dar ênfase semântica, ou por qualquer outro motivo), obrigatoriamente haverá repetição desse elemento logo após o verbo.¹⁷

Novamente, encontramos semelhanças entre as línguas de sinais e orais. Na medida em que as pessoas, de dentro e de fora da comunidade surda, forem informadas e conscientes das explicações que demonstram que as línguas de sinais são, de fato, línguas, haverá, possivelmente, no nível da interação surdo-ouvinte, a diminuição da crença de superioridade das línguas orais e, por tabela, de seus usuários em relação aos surdos.

¹⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre a negação em Libras, dentre outras questões da mesma ordem, recomendamos a leitura de Quadros, Pizzio e Rezende (2008). A referência completa encontra-se no final deste trabalho.

3.2 Língua de sinais ou linguagem de sinais?

Vimos que a linguagem é uma capacidade exclusivamente humana de se comunicar e de estruturar o pensamento através de uma língua, que seria um sistema de signos compartilhado por um grupo de pessoas. Vimos também 5 (cinco) características que podem ser tidas como base de qualquer língua: seu aparelho articulatório, sua base neurobiológica, sua base cognitiva, sociocultural e a comunicativa.

Tudo isso também se aplica às línguas de sinais. Há muitos que, por desconhecimento, acreditam que as línguas de sinais sejam uma forma de comunicação menos elaborada, incapaz de dar conta de conceitos abstratos. Acreditam que as línguas de sinais sejam somente gestos simples ou mímicas, desprovidas dos aspectos acima apresentados. Ainda acreditam que as línguas de sinais são alguma codificação universal, uma forma de linguagem, sem nenhum tipo de variação, ou quaisquer outras características reconhecidamente intrínsecas das línguas. Consequentemente, tais crenças podem levar alguns a concluir, quase sempre sem se dar conta disso, que as pessoas que se comunicam via língua de sinais não são capazes de terem uma língua, com toda a sua complexidade; logo, podem concluir, por exemplo, que tais pessoas devem ter uma inteligência também menor, ou uma capacidade de elaboração de pensamento limitada. Junte-se a isso o fato de o uso das línguas de sinais ter forte relação com surdos – pessoas que por conta da deficiência auditiva já sofrem diferentes problemas de estigmatização e de discriminação, conforme já relatamos anteriormente. É notável, portanto, que o desconhecimento a respeito das línguas de sinais poderá gerar preconceitos, de ordem linguística e de toda a sorte, nas relações surdo-ouvinte, tanto dentro como fora da comunidade surda.

Em suma, desconhecimento a respeito das línguas de sinais cria mitos e ideias preconcebidas não só a respeito da língua, mas também de seus falantes.

Parte das ideias preconcebidas sobre as línguas de sinais podem ter origem no fato de, tradicionalmente, considerar-se que os sons são uma parte essencial da linguagem. Linguistas de diferentes orientações teóricas cotidianamente discutem, entretanto, a possibilidade da existência de componentes especificamente linguísticos ou de cognição geral que estariam relacionados àquilo que corresponderia a algo maior, de natureza mais complexa do que o componente acústico e que seria a língua.

Como explica Brito (1995), os sons são uma parte externa de um processo interno mais profundo, que é a linguagem.

Há algumas décadas, acreditava-se que os sons constituíam uma parte essencial da linguagem. Atualmente considera-se que estes são apenas a parte externa de um processo interno mais profundo, que é a linguagem propriamente dita. Neste caso, não haveria danos no processo se os sons fossem substituídos por sinais visuais, o que acontece com as línguas de sinais, canal natural de comunicação e expressão para os surdos. [...] Não é o fato de usarmos os órgãos vocais para produzir sons ou o corpo e, principalmente, as mãos, como articuladores dos sinais, que irá definir se estamos processando ou não a linguagem. (BRITO, 1995, p. 29)

Sendo assim, tanto o canal oral auditivo quanto o viso-espacial podem ser utilizados como formas de externalização da linguagem humana¹⁸.

É importante salientar que todas as línguas de minoria também são alvo de preconceito, assim como a Libras. Para exemplificar: os indígenas são vistos como selvagens, dentre outros aspectos, por não dominarem a língua do oficial do país em que vivem; imigrantes são, muitas vezes, menosprezados, por não falarem a língua da sociedade em que estão, principalmente quando sua língua não é uma língua de prestígio. Mesmo usuários de variantes menos prestigiadas de uma língua podem sofrer preconceito por parte de falantes de outras variantes de maior prestígio, como acontece com pessoas de baixa escolaridade e/ou que moram na periferia.

Portanto, uma língua de sinais ser vista como algo menor não é um fato isolado, mas apenas mais uma possibilidade entre outros casos de mesma ordem. Porém, no caso do povo surdo, além desses usarem uma língua nem sempre reconhecida como tal, o uso da língua de sinais está atrelado a uma visão patológica de deficiência que faz com que os surdos sejam estigmatizados, entendidos como menos que humanos (c.f: Goffman, 1987),¹⁹ e catalogados juntos a outras patologias. Uma vez que a língua de sinais esteja sempre atrelada a essas pessoas, todos esses preconceitos a respeito dos surdos também serão levados para a língua, assim como o questionamento do *status* de língua das línguas de sinais resvala no indivíduo surdo, caracterizando-o como aquele que se comunica via certa forma de linguagem não atrelada às formas de comunicação do “ser humano comum”. Teríamos aqui um ciclo nocivo de formação e retroalimentação de uma imagem muito negativa do surdo e que impacta as relações surdo-ouvinte tanto dentro, quanto fora das chamadas comunidades surdas.

¹⁸ Há ainda outros canais possíveis de externalização de uma língua, como o canal tátil, que tem sido utilizado por pessoas surdocegas (Libras tátil).

¹⁹ Quando a língua de sinais não é considerada língua, mas apenas como uma forma de comunicação utilizada por surdos, pode estar implícita a ideia de que os surdos não possuem língua. E se os surdos não possuem língua, e se a língua é parte do que difere a cognição humana da de qualquer outro animal, então pode estar implícito que os surdos são humanos diferenciados. Tais ideias podem estar contidas no discurso que estigmatiza os surdos e são concepções que, muitas vezes, não são, sequer, percebidas pelas pessoas que as reproduzem.

3.3 Histórico da Libras no Brasil e seu reconhecimento legal

A Língua Brasileira de Sinais, a Libras, é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras, embora nem sempre ela tenha tido esse nome.

No Brasil, os estudos linguísticos começaram a se voltar para a língua de sinais a partir da década de 1980, influenciados por estudos divulgados pela Universidade Gallaudet²⁰, uma universidade cuja língua de instrução é a American Sign Language (ASL), voltada para alunos surdos e ouvintes fluentes nessa língua, nos Estados Unidos. Nesta década, teve início o Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez (GELES), na Universidade Federal de Pernambuco. (SABANAI, 2007)

As primeiras referências à língua de sinais usada no Brasil com status linguístico estão nos trabalhos de Lucinda Ferreira Brito, nos quais é mencionada a existência de duas línguas de sinais no Brasil: a língua de sinais de centros urbanos brasileiros (LSCB) e a língua de sinais dos índios Urubus-Kaapor (LSUK), no estado do Maranhão (SABANAI, 2007).

Com o passar dos anos, a nomenclatura LSCB caiu em desuso e deu lugar a sigla Libras,²¹ que foi reconhecida pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002 como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, esta lei não tornou a Libras uma língua oficial. A língua portuguesa ainda é a única língua oficial no país. O último parágrafo da referida lei expressa que a Libras não poderá substituir o português escrito, porém, o uso e difusão da Libras foi garantido, bem como o atendimento em Libras a pessoas surdas em instituições públicas e que ofereçam serviços públicos.

O Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005 trata da inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação dos professores de Libras e também dos intérpretes de Libras etc.

O reconhecimento legal da Libras fortalece o seu entendimento e difusão na sociedade quanto ao seu *status* de língua. Obviamente, a criação de leis não é suficiente para mudar a forma de pensar e desfazer os preconceitos da população. Mas esse é um passo importante, pois não só a lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação das comunidades surdas, como

²⁰ Universidade pioneira no mundo no desenvolvimento pesquisa, ensino e de programas especialmente voltados para surdos. Para mais informações, acesse: www.gallaudet.edu (Acesso em 29 de novembro de 2015).

²¹ Houve ainda uma discussão para que a sigla adotada fosse LSB (língua de sinais brasileira), seguindo as siglas da maioria das línguas de sinais ao redor do mundo, de acordo com a World Federation of Deaf (Federação Mundial dos Surdos. Para mais informações, acesse: www.wfdeaf.org Acesso em 29 de dezembro de 2015). Até hoje ainda existem pessoas que se referem à língua de sinais usada no Brasil somente com esta sigla, escolhendo deliberadamente não utilizar a sigla Libras.

também, através do decreto já mencionado, foram estabelecidas uma série de ações para sua difusão e reconhecimento.

Vale comentar que a presença de intérpretes, sejam eles surdos ou ouvintes, em debates políticos e na abertura de programas de TV, frutos do processo regulatório, faz com que as pessoas vejam a língua em ação e percebam pouco a pouco que tal língua não é uma forma de linguagem mímica de comunicação, já que não seria possível compreender todo o conteúdo sinalizado apresentado. A exposição à língua pode ajudar e muito a estreitar o vazio existente nas relações entre surdos e ouvintes, construindo, aos poucos, uma ponte linguística entre essas pessoas.

3.4 Libras: uma língua de sinais

Até aqui falamos das línguas de sinais de maneira geral. Nesta seção, vamos nos ater a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Buscaremos descrever os trabalhos de Brito (1995) e Lima e Cruz (2014), que têm como base muitos estudos realizados anteriormente com outras línguas de sinais. A Libras apresenta nos diferentes níveis gramaticais, características próprias, como poderemos ver a seguir:

1) Fonologia

Brito (1995) mostra que a estrutura fonológica da Libras constitui-se a partir de parâmetros que se combinam com base, principalmente, na simultaneidade.

Esses parâmetros são: a configuração da(s) mão(s) (CM), o ponto de articulação (PA) e o movimento (M), tidos como parâmetros primários.

A autora ainda defende a atuação de um quarto parâmetro, orientação da(s) mão(s), na fonologia de Libras. Brito (1995) menciona também a importância de marcas não manuais como a expressão facial e o movimento do corpo, como pertencentes ao conjunto de parâmetros que podem simultaneamente compor um sinal nesta língua. Atualmente, vemos que, de fato, a combinação desses parâmetros forma um signo linguístico em Libras, isto é, um sinal, com significado e significante. Vale lembrar que a aparente não realização de um parâmetro não quer dizer que não há parâmetro marcado. Observamos que a expressão facial neutra ou a falta de movimento em um sinal indica que o parâmetro expressão facial e movimento estariam marcados como [neutro] e [não-movimento], respectivamente, de maneira análoga ao traço de sonoridade presente na formação dos fones das línguas orais.

2) Morfologia

Sobre o nível morfológico, Brito (1995) apresenta as diversas formas de marcação das informações de grau, número, quantificação, pessoa, tempo e aspecto.

Um exemplo que podemos trazer sobre a discussão da morfologia da Libras²² em Brito (1995) trata das marcações de tempo na Libras em que há uso do espaço para este fim. Segundo, Brito (1995), o espaço imediatamente em frente ao corpo do locutor representa o tempo presente. O futuro próximo é indicado com um movimento curto direcionado para a frente do locutor; diferentemente do futuro distante, que tem um movimento mais amplo, porém também direcionado para a frente do locutor. O passado pode ser indicado pelo sinal de ONTEM, ou por um movimento amplo que se estende além das costas, no caso de um passado distante.

3) Sintaxe

Quanto à sintaxe, Brito (1995) considera que a ordem básica da Libras seria a SVO²³, podendo haver outras ordens nos seguintes casos: “a) quando um dos elementos da frase fosse topicalizado, b) quando o sujeito e o objeto não fossem invertidos, c) quando o locutor usasse o espaço para indicar mecanismos gramaticais.” (BRITO, 1995, p. 61)

Brito (1995) cita, ainda, Fisher (1975), que menciona que apesar de a ordem SVO ser tida como a ordem básica da língua de sinais americana, isso teria sido considerado inglês sinalizado por informantes fluentes em ASL. Porém, a ordem mais frequentemente observada nos discursos em ASL analisados por Fisher (1975 *apud* Brito, 1995) eram sentenças com o verbo no final.

No caso de verbos transitivos com SUJ e O invertidos, a distinção seria feita através dos seguintes mecanismos:

- a) estabelecimento da localização dos referentes;
 - b) uso do corpo e do espaço do corpo, a substituição a um item lexical explícito, para indicar diferentes referentes de 3ª pessoa;
 - c) uso de sinais para só um, a reação do experienciador ou ação do agente, e não para os dois ao exprimir conceitos psicológicos. Em português, temos os dois (“eu estou cansada” e “eu te canso”);
 - d) conservação constante da ligação do evento ao contexto, evitando-se o acréscimo dos “adornos” gramaticais (tempo verbal, marca de aspecto por alternância fonológica...) que ocorrem frequentemente em língua oral (Friedman, 1976).
- Estes mecanismos, que parecem ser os mesmos em LIBRAS, substituem os usados nas línguas orais: ordem rígida das palavras, marcas de caso ou a combinação dos dois.” (BRITO, 1995, p. 61)

²² Entendemos, entretanto, que o processo aqui retratado possa ser mais de ordem morfossintática do que especificamente morfológica.

Brito afirma que esses mesmos mecanismos sintáticos, que implicariam na posição final do item verbal, seriam encontrados também na Libras.

4) Semântica

No aspecto semântico, podemos citar o exemplo trazido por Lima e Cruz (2014) do sinal ilustrado na Figura 8.

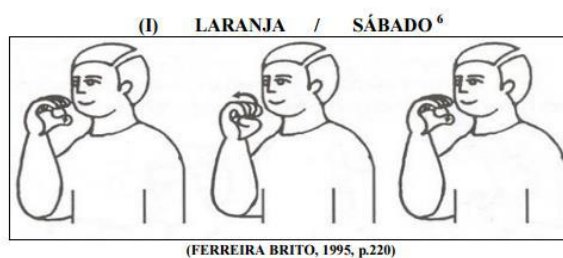


Figura 8: Sinal em Libras que pode significar “Laranja” ou “sábado”.

Fonte: Lima e Cruz, 2014, p. 9

Observamos que, nesse caso, temos um único significante, relacionado a dois significados diferentes. Só será possível identificar o significado de cada sinal a partir do uso.

Lima e Cruz (2014) afirmam ser este um caso de polissemia na Libras. Polissemia, segundo esses autores, se refere a casos em que um mesmo significante está associado a diferentes significados.²⁴ Em dicionários de língua portuguesa, por exemplo, casos de polissemia aparecem como uma única entrada, e os diferentes significados a ela atribuídos aparecem em lista.

Ponto s.m. Pequeno sinal ou marca 2. sinal (.) que é colocado após uma abreviação 3. sinal (.) de pontuação que indica, no final da frase, o encerramento de um período, uma pausa acentuada 4. sinal ortográfico posto sobre as letras i e j 5. porção de linha que passa entre os furosfeitos por agulha em tecidos, couros etc. [...] 13. lugar em que se instala um estabelecimento comercial.

Figura 9: Exemplo de verbete de palavra polissêmica em língua portuguesa

Fonte: Motta, 2011.

Alguns surdos atualmente atribuem o uso do sinal ilustrado na Figura 8 para o significado “sábado” pelo fato de o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que possuía outro nome na época em que funcionava como internato, servir laranja para os alunos sempre aos sábados. Isso teria motivado a atribuição do dia da semana para o mesmo sinal que já seria usado

²⁴ Entendemos, entretanto, que esse talvez não seja um real exemplo de polissemia em libras, posto se tratarem, os signos linguísticos em questão, de palavras que não participam de um mesmo campo semântico, ou partilham algum traço semântico entre si. Talvez este seja apenas um exemplo de homonímia em Libras, justamente pelo distanciamento semântico existente entre os signos.

para designar “laranja”. O mesmo teria acontecido com o sinal usado para significar “peixe” ou “sexta-feira” (Figura 10).

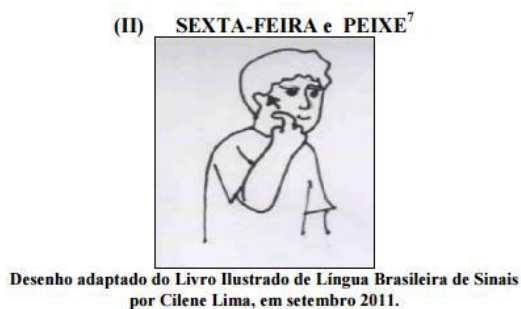
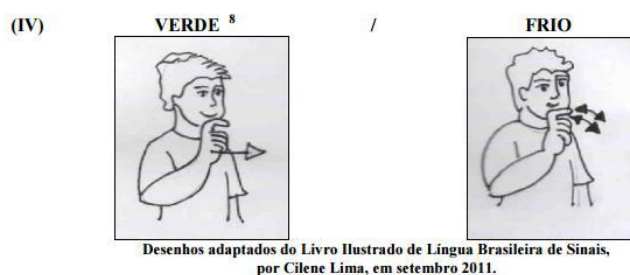


Figura 10: Sinal em Libras que pode significar “sexta-feira” ou “peixe”.
Fonte: Lima e Cruz, 2014, p. 9

Lima e Cruz (2014) também mencionam casos de homonímia em Libras, isto é, quando signos distintos apresentam o mesmo significante, porém, diferentes significados. Dicionários costumam apresentar entradas distintas para estes casos.

Estes autores exemplificam o fenômeno em Libras com os sinais ilustrados na Figura 11.²⁵



⁸ É interessante destacar que o sinal acima representado difere do sinal representado de nossa região para a palavra VERDE, pois é uma variante linguística da Região Sudeste.

Figura 11: Sinais em Libras de “verde” e de “frio”.
Fonte: Lima e Cruz, 2014, p. 10

Salientamos, porém, que o exemplo trazido por Lima e Cruz (2014), ilustrado na figura 11 não pode se tratar de um caso de homonímia em Libras, pois o parâmetro do movimento é diferente para os sinais de “verde” e “frio”, o que já não caracteriza um mesmo significante.

²⁵ Cabe salientar que, embora os autores atribuam o sinal de “verde” da Figura 11 a uma variante da região Sudeste do Brasil, outro sinal tem sido utilizado no Rio de Janeiro para o significado “verde”, sendo o da mencionada figura atualmente atribuído a uma variante da região Sul.

3.5 Discutindo aquisição/aprendizagem

É importante salientar que os estudos linguísticos em geral diferenciam os termos “aquisição” e “aprendizagem” de línguas. Em linhas gerais, o primeiro termo, aquisição, diz respeito a certo processo natural, que ocorre devido ao fato de a pessoa estar exposta a determinada língua, em determinado período de sua vida. Ou seja, ela utiliza seu aparato inato para tratar os dados que tem acesso. É um processo interno sem mediação que ocorre com todas as crianças do planeta que tem acesso a dados linguísticos. O segundo se refere a certo processo de natureza mais formal, geralmente de ensino, em sala de aula, por meio de estratégias didáticas e estímulos intencionais voltados ao aprendizado de uma língua, ou ainda em consultórios especializados.

Essa é uma discussão muito cara a diferentes correntes teóricas da linguística e que muito pode contribuir para esclarecer certos desacordos e crenças existentes sobre o que as línguas orais e de sinais, de fato, representam para as pessoas de qualquer comunidade surda. Por tabela, tal discussão pode ajudar a minimizar demais impactos, muitas vezes negativos, que tais concepções trazem à convivência de surdos e ouvintes, já que tanto surdos usuários de línguas orais, quanto ouvintes usuários de línguas de sinais, podem ter se tornado fluentes em tais línguas, seja pelo processo mais natural da aquisição, seja pelo processo mais formal do aprendizado²⁶.

3.6 Discutindo a aquisição da linguagem

A aquisição da linguagem tem sido estudada desde o final do século XIX até os dias de hoje, sob diferentes abordagens teóricas, algumas delas brevemente resumidas aqui.

Tradicionalmente, uma abordagem a citar é a abordagem behaviorista de Skinner, que assumia que o ser humano aprenderia por meio de condicionamento e imitação²⁷ e que este princípio seria aplicado também ao aprendizado de uma língua. Entretanto, essa teoria logo encontrou resistência por parte de estudiosos da linguagem, pois não conseguia explicar pontos importantes relacionados à linguagem humana, tais como o fato de o ser humano ser capaz de produzir sentenças que nunca precisou ouvir antes de produzi-las (FREITAS, 2007).

²⁶ Destacamos aqui que ficam guardadas as condições de adequação minimamente ideais para a aquisição de uma língua oral por parte dos surdos.

²⁷ O behaviorismo seria uma visão teórica para a aprendizagem geral e não apenas de determinada língua.

Atualmente, existem diversas teorias sobre o que estaria em jogo no que diz respeito à aquisição da linguagem. Propostas inatistas e sociocognitivistas/ interacionistas, nesse sentido, coexistem na tentativa de explicar, cada uma ao seu modo e visão, o que ocorre no processo de aquisição. Vale citar, assim, trabalhos como o de Chomsky (1981) e Tomasello (2009), que se dedicam, *grosso modo*, a estudar o fenômeno da linguagem. De modo geral, todos esses estudos contribuíram para a discussão sobre aquisição. Muitos estudos atuais, de orientação interacional, não questionam a possibilidade da existência de um fator inato relacionado à linguagem, outros tantos admitem a possibilidade de fatores de ordem mais ambiental, ou de cognição geral, atuarem no processo. Em suma, a investigação se volta para a possibilidade de estarmos tratando de algo relacionado a habilidades cognitivas gerais atuantes no nível da linguagem, ou de algum componente biológico/mental especificamente linguístico (LUST, 2006).

As abordagens acima apresentadas, independentemente do caráter teórico e específico que representam, partilham da ideia comum de que a aquisição da língua materna (L1) se trata de um processo natural, específico do ser humano, independentemente da modalidade linguística em questão: oral ou de sinais.

É importante discutirmos a relação da aquisição com enfoque na relação surdo-ouvinte, posto, como dito, que há conflitos de base linguística entre esses grupos, muito relacionados a concepções errôneas acerca do que seria aquisição/aprendizagem de uma língua.

3.6.1 Discutindo aquisição e pontos de tensão da relação surdo-ouvinte

Um ponto importante e que diz respeito à discussão aquisição/aprendizagem de uma língua versa sobre o período em que a pessoa é exposta a essa língua.

A hipótese do período crítico (HPC), importada da biologia, aponta para a existência de períodos de tempo específicos durante os quais, dadas as devidas condições necessárias – como, por exemplo, acesso a luz e sombra para desenvolvimento da visão, acesso a dados linguísticos para a linguagem, etc. – pessoas desenvolveriam determinadas habilidades, o mesmo não acontecendo em outros períodos da vida.

Assim, alguns estudos linguísticos de orientação mais determinista baseiam-se na HPC para defender que as pessoas somente adquirem uma língua se tal processo ocorrer dentro de determinado período de tempo. Casos de isolamento linguístico infantil serviriam como uma evidência para a correspondência, de ordem biológica, entre o desenvolvimento de uma língua

e seu período ideal, já que a exposição tardia a uma L1 se mostrou relacionada a não possibilidade de desenvolvimento linguístico natural²⁸.

A HPC diz respeito à aquisição de uma primeira língua. Porém, alguns estudos costumam se valer desse conceito para entender como ocorre o processo de aquisição/aprendizado de uma segunda língua, ou seja, se haveria alguma correlação entre a HPC e a aquisição de uma L2 (e.g. FREITAS JUNIOR, 2011).

Freitas Junior (2011) defende que após determinado período não haveria “aquisição” de L2, somente aprendizado. Isso porque a evidência de dados analisados em sua pesquisa mostrou que os falantes de L2, por mais que fossem fluentes, apresentavam certas construções agramaticais na língua alvo, obedecendo sempre à estrutura de sua L1. Podemos exemplificar tal fato com o caso de surdos que, por terem a Libras como sua primeira língua, realizam recorrentemente certas construções agramaticais na língua portuguesa escrita, fruto da interferência da estrutura gramatical da Libras.

A aprendizagem de uma L2 diria respeito, então, à “aquisição tardia” de uma língua, ou seja, estaria relacionada a um processo de desenvolvimento posterior ao período maturacional ótimo de aquisição de língua, estando mais relacionada a um processo de aprendizagem.

Resumindo, alguns defendem que não existe aquisição de linguagem após o período crítico, somente aprendizagem de uma língua. Porém, é preciso lembrar que há casos de pessoas adultas que desenvolvem alto nível de fluência em uma língua, muitas vezes apenas estando expostos a ela, não via aprendizagem formal, como em casos de migrações²⁹. Portanto, embora não se questione a existência de um período ótimo para a aquisição de uma língua, também não há uma única visão sobre quando esse período cessa.

Podemos dizer que independentemente de sua orientação teórica, se inatista ou sociocognitivistas/interacionista, os estudos linguísticos dedicados à discussão sobre aquisição parecem concordar com a constatação empírica de que há diferenças na performance daqueles que aprendem uma língua em períodos mais tardios da vida.

A discussão sobre aquisição/aprendizagem de L1/L2, em qualquer abordagem linguística, desemboca na caracterização do nativo e do bilíngue propriamente dito. Se assumirmos que o indivíduo nativo é aquele que fora exposto durante o período ideal de aquisição de linguagem, o indivíduo bilíngue real seria aquele que fora exposto a duas línguas

²⁸ Podemos ressaltar, no entanto, que questões psicológicas podem influenciar bastante no insucesso de aquisição de linguagem por pessoas que viveram isolamento linguístico durante a infância.

²⁹ Destacamos o papel da motivação no caso da segunda língua. Por exemplo, imigrantes que sofram preconceito linguístico devido ao sotaque podem ter uma forte motivação a impulsionar o desenvolvimento de fluência na segunda língua, podendo ser a causa de fenômenos como o descrito.

dentro desse mesmo período de tempo, embora o termo bilinguismo refira-se ao mesmo tempo às noções de “falante nativo” e “não-nativo”, como aponta McLaughlin (1978 *apud* FIGUEREDO, 2011) ao definir os dois tipos de bilinguismo abaixo:

- a) **Bilinguismo simultâneo**: que aponta para a noção prototípica de nativo, na medida em que classifica como bilíngues crianças, inseridas em contextos multilíngues, que adquirem mais de uma primeira língua, e
- b) **Bilinguismo sucessivo**: mais associado ao conceito “não-nativo”, na medida em que reconhece que a primeira língua do indivíduo será aquela adquirida anteriormente, e a segunda língua será a que foi aprendida cronologicamente depois da consolidação da primeira, a saber, após o período ideal para a aquisição de uma L1.

Podemos dizer que ambos os casos de bilinguismo têm certa relação com comunidades surdas, o segundo mais que o primeiro. Há surdos que perderam a audição somente após terem adquirido a língua portuguesa, e só então, passam a ser expostos a Libras. Há ainda outros que passam muitos anos comunicando-se somente através da língua portuguesa (escrita ou através de leitura labial), para anos mais tarde aprenderem a comunicar-se por meio da Libras. Há surdos que adquirem simultaneamente a língua portuguesa e a Libras como L1, assim como, há também ouvintes que adquiriram a Libras simultaneamente à aquisição de língua portuguesa, como, por exemplo, porém não somente os filhos de pais surdos (CODAs)³⁰.

Tais pontos, quando mal interpretados, trazem certas tensões nas relações entre surdos e ouvintes dentro da comunidade surda. Exemplificando, se olharmos a relação surdo-ouvinte a partir do contexto do ouvinte participante das comunidades surdas do Brasil, verificamos que a aceitação do ouvinte que aprendeu Libras depois de ter adquirido a língua portuguesa tende a ser menor do que a de quem adquiriu a Libras como L1. Outro exemplo é a resistência contra professores de Libras que sejam ouvintes, posto não serem esses os “verdadeiros nativos de Libras”. Do mesmo modo, há na comunidade surda, tanto por parte de ouvintes, quanto por parte de surdos, certa descrença quanto à qualidade do letramento de surdos em língua portuguesa. Acredita-se que os surdos possam ter apenas a Libras como primeira língua descartando a possibilidade de o surdo ser competente em português, já que esta não seria sua L1.

³⁰*Children of deaf adults*, que em inglês significa, “filhos de pais surdos”. Esta sigla tornou-se comum na comunidade surda brasileira para designar os filhos ouvintes de pais surdos.

4. SURDOS E OUVINTES DENTRO DA COMUNIDADE SURDA: RELAÇÕES DE PODER

4.1 Questões relacionadas à noção de natividade

De fato, a discussão sobre língua, aquisição e aprendizagem, se mostra de extrema relevância para comunidade que usa a Libras, se pensarmos sempre sobre “quando” e “quem” está adquirindo determinada língua. Desta forma, não estamos querendo focalizar exatamente os papéis sociais relacionados ao uso da língua e seus falantes, mas apenas tentar discutir aspectos relacionados à língua na tentativa de denunciar concepções errôneas, motivadoras de conflitos nas relações surdo-ouvintes em geral.

Novamente, se considerarmos que muitos surdos têm aquisição tardia da língua de sinais e que muitos ouvintes adquirem a Libras na mais tenra idade, como nos casos de bilinguismo simultâneo, verificamos a necessidade de discutirmos pontos de base mais cognitiva e linguística, relacionados a questões de ordem mais social e política e que muitas vezes se tornam problemáticas nas relações surdo-ouvinte.

Essa aquisição tardia pode acontecer: a) pelo fato de muitos surdos terem um diagnóstico tardio da surdez, quando, finalmente, é constatado que a língua oral não lhes é exposta da mesma forma que o é para ouvintes (momento em que busca-se o contato com a Libras); ou b) pelo fato de essas pessoas só ensurdecem após terem adquirido o português, momento em que passam a buscar a Libras como alternativa; c) ou ainda porque, mesmo que sejam surdos desde criança e não tenham tido diagnóstico tardio da surdez, suas famílias optaram (ou foram orientadas a optar) por tratamentos fonoaudiológicos de ensino de língua oral, em detrimento do contato precoce com a Libras, ficando esses surdos muitos anos sem conhecimento dessa língua de sinais.

Trazendo a discussão à baila do contexto educacional do ensino de Libras, por exemplo, ela vai ao encontro de nossa intenção de discutir a relação surdo-ouvinte. Há grupos que defendem que o professor de Libras ideal (ensino de Libras como segunda língua) deva ser surdo, por considerarem, indistintamente, o surdo nativo de Libras, e o ouvinte não-nativo. Como já vimos anteriormente, nem sempre o ouvinte não será nativo de Libras e também sabemos que qualquer professor não-nativo pode cumprir com um papel eficaz no ensino de uma L2.

Cabe ressaltar que nossa discussão sobre professor de Libras ser nativo ou não se refere ao caso de aprendizes de Libras como segunda língua, principalmente em se tratando de alunos ouvintes. De fato, a comunidade surda parece defender que o professor de Libras ideal seja surdo

em todo e qualquer contexto. Acreditamos que por motivações identitárias, crianças surdas terão um resultado melhor sendo expostas a Libras com professores surdos do que se expostas à Libras via professores ouvintes: a criança surda que tem um adulto surdo como modelo pode perceber que surdos são capazes de se desenvolver, de se comunicar, como qualquer outro ser humano, podendo ainda partilhar das dificuldades e conquistas que só mesmo quem é surdo e enfrenta todos os dias as barreiras da estigmatização em nossa sociedade poderá compreender. Nesse caso, a motivação para o professor surdo ser o ideal não é linguística, mas sim identitária.

Há implicações políticas em se defender o ensino de Libras por pessoas surdas, posto que tal condição dá ao surdo papel de empoderamento. Tais implicações políticas são necessárias por conta da necessidade de uma inclusão social qualitativa e de reconhecimento do surdo como indivíduo/cidadão capaz de executar qualquer tarefa também executada pelo ouvinte. Entretanto, muitas vezes essas implicações políticas são desprovidas de embasamento teórico/científico proporcionando concepções errôneas acerca dos conceitos de língua e ensino que desembocam em pontos de tensão da relação surdo-ouvinte – neste caso específico, salienta-se o desfavorecimento do ouvinte participante da comunidade surda.

Por outro lado, apesar de as discussões a respeito da estigmatização, empoderamento e reconhecimento das capacidades do surdo, além do *status* de língua das línguas de sinais, a realidade mostra que o mercado de trabalho não apresenta muitas possibilidades de desenvolvimento para o surdo, para além do campo educacional. Sabemos que muitos surdos se formam nas mais diferentes áreas do conhecimento, mas acabam encontrando oportunidades de trabalho somente como professores de Libras, ou em empregos que exigem uma qualificação aquém da que eles possuem.

Considerando, então, toda a questão a respeito do falante nativo e não-nativo de uma língua, podemos observar que coexistem duas visões distintas, que serão explicadas a seguir.

1) **Visão 1:** somente o surdo é nativo de Libras. Nessa perspectiva, o ouvinte é preterido quando se consideram falantes nativos, mesmo frente a surdos que aprenderam a Libras tardiamente.

Não pretendemos afirmar que a Libras seja a língua dos surdos, como essa visão parece afirmar. Entendemos, entretanto, que uma língua não pertence a ninguém. Assim, a língua de sinais não pertenceria aos surdos, na medida em que, como língua, torna-se objeto natural de aquisição/aprendizagem de qualquer ser humano que tem acesso a ela, independentemente de questões identitárias. Por exemplo, há ouvintes que tem a Libras como L1, surdos que não são falantes de Libras e que preferem oralizar, assim como surdos que aprendem a Libras tardiamente, depois de terem consolidado o uso de uma língua oral, não podendo ser

classificados, ao menos em termos linguísticos, como “nativos”. Percebe-se que a noção de nativo aqui presente é a de um indivíduo que tem acesso a uma língua dentro do período ótimo para seu desenvolvimento. Sendo assim, qualquer ser humano que tenha acesso a uma língua, por exemplo a Libras, dentro de uma comunidade linguística, ou seja, de maneira natural, seria, dentro dessa visão, considerado nativo. Essa perspectiva questiona a naturalização da Libras ou qualquer língua de sinais como a língua do surdo, pois, por exemplo, caso haja um surdo que não tenha acesso a uma língua de sinais esse não poderá ser classificado como nativo dentro desses moldes. Por todos esses motivos, não há como dizer que a Libras seja a língua do surdo, exclusivamente. Embora essa visão seja amplamente difundida e defendida.

Entendemos, porém que a visão que considera somente surdos como nativos de Libras tem motivação política, na medida em que coloca os surdos numa posição de poder em relação aos ouvintes. Tudo isso tem impacto na construção de identidade dos surdos, uma vez que ser considerado nativo de Libras traz *status*, linguístico e social, na comunidade surda e que não poderá ser ocupada por ouvintes— talvez somente por ouvintes CODAs. Por causa desse tipo de pensamento é que, por exemplo, um ouvinte que se candidata a uma vaga de professor de Libras em um processo seletivo cujos candidatos são, em sua maioria, surdos é visto como aquele que está “ocupando a vaga dos surdos”.

Também devido a esse tipo de pensamento é que, por exemplo, há situações em que pessoas são recrutadas para orientar ou validar quais itens lexicais devem ou não entrar em um dicionário ou glossário de Libras. É comum que os surdos que integram esses grupos, na suposta posição de nativos da Libras, tenham adquirido a Libras já na fase adulta. Mas quando se considera a possibilidade de um ouvinte ocupar esse lugar, a ideia é frequentemente rejeitada, com a justificativa deste não ser nativo desta língua e/ou de se estar retirando a oportunidade que deveria ser de um surdo³¹. Tal ocorrência pode ser verificada no texto de Sofiato e Reily (2014) sobre dicionarização da Libras, quando elas mencionam o seguinte:

“Em se tratando de obras de língua de sinais, a presença de surdos na condição de revisores ou autores parece ser interessante em razão de pelo menos dois aspectos: primeiro, porque a língua de sinais é considerada língua natural da pessoa surda; segundo, como consequência do primeiro, por poderem avaliar com maior legitimidade alguns níveis linguísticos que compõem tal língua, como o fonológico. [...] Dessa forma, presume-se que um nativo na língua tenha melhores condições de fazê-lo do que um

³¹ A argumentação de que “a vaga é do surdo” pode partir da premissa de que não há outras vagas no mercado de trabalho que um surdo poderia ocupar. Nesse sentido, indiretamente, essa visão relega ao surdo um mercado de nicho onde os únicos empregos possíveis estão relacionados ao ensino de sua língua. O objetivo do ativismo surdo, nos parece, é ampliar e igualar as oportunidades dos surdos em relação aos ouvintes, no entanto o que parece ocorrer é o contrário disso.

ouvinte que aprende Libras. [...] Dessa forma, reiteramos que a participação do surdo é fundamental.” (p. 118)

Percebemos, claramente, nesta citação que o ouvinte é considerado, indistintamente, como pessoa que aprende Libras, e o surdo como nativo dessa língua. Isso demonstra que o entendimento dos conceitos de nativo/não-nativo, quando dizem respeito à Libras, está fortemente atrelado a condição auditiva do sujeito.

Vemos, porém, que o argumento que sustenta considerar somente, e indiscriminadamente, os surdos como nativos de Libras é político, e não linguístico. Na comunidade ouvinte brasileira não há dúvidas de que apenas integram grupos de estudos lexicais falantes e estudiosos do português, não há nenhuma possibilidade, por exemplo, de um indivíduo que possua um passaporte brasileiro, logo oficialmente brasileiro, mas que fale pouco português, ser aceito nesses grupos. No entanto, nos casos dos grupos de português encontramos uma maior homogeneidade de aquisição desta língua, assim como o acesso aos seus estudos têm maior alcance, independentemente da existência de barreiras educacionais a certos grupos sociais.

Assim, o que sustenta a ideia política de que todos os surdos sejam considerados nativos é o pensamento de que é importante que eles tomem posições de poder e liderança na própria comunidade surda e na sociedade, via inclusão de todos os surdos, independentemente de seus status linguísticos em relação à Libras.

Por outro lado, por conta desse posicionamento, é comum identificarmos situações de exclusão de pessoas ouvintes nativas, no sentido de “pessoas que adquiriram a Libras de modo natural”, de discussões importantes acerca da língua. Suas contribuições também seriam valiosas para a Libras e demais demandas sociais da comunidade surda.

2) **Visão 2:** tanto surdos quanto ouvintes podem ser nativos de Libras. Essa visão não é predominante na comunidade surda. Nessa abordagem, o caráter da surdez não é levado em consideração. Apenas a idade e forma de aquisição da língua são relevantes, ou seja, perspectiva orientada por princípios de bases linguísticas.

Dessa forma, nativos são aqueles que atendem a certos critérios, como por exemplo ter adquirido a Libras de maneira natural, sem um processo interventivo como aulas, atendimento com fonoaudiólogas ou por meio de estratégias de fixação de itens lexicais por parte dos pais. Também podemos citar a idade de aquisição seguindo a hipótese do período crítico, sejam eles surdos ou ouvintes.

O fato de utilizarmos um termo biológico para caracterizar a aquisição não deveria ter relação com questões políticas. Esta visão salienta a vantagem cognitiva de adquirir uma língua em tenra idade. Infelizmente, devido a crenças no sistema de saúde e na população em geral,

línguas de sinais não são indicadas a crianças, logo que essas se descobrem surdas. O acesso inicial a uma LS por surdos tem se demonstrado fundamental, por exemplo, para o bom desenvolvimento da escrita posteriormente. Além das questões linguísticas uma criança que tem uma identidade bem ancorada, potencialmente, não sofrerá tanto com os estigmas relacionados à surdez, mas demonstrará como tais estereótipos são inadequados. O objetivo não é polarizar surdos e ouvintes em termos de natividade, mas assegurar que os surdos tenham seu direito básico garantido, via, principalmente, desenvolvimento de uma língua, no caso, uma língua de sinais, a mais adaptada à realidade do surdo.

Caso a visão de que é possível um ouvinte ser nativo de Libras, devido ter adquirido essa língua de modo natural, passe a ser plenamente difundida e aceita na comunidade surda, não seria mais necessário polarizar as hierarquias de poder entre surdos e ouvintes. Talvez estivéssemos caminhando para a verdadeira libertação, de que Freire (1987) falava: não mais trocando as posições de opressor a oprimido e de oprimido a opressor, mas tratando de modo socialmente igualitário, ambos, surdos e ouvintes, independentemente de sua condição auditiva. É importante mencionar que a decisão por adotar um critério mais linguístico de natividade – que considera a forma e a idade da aquisição da língua – ou um critério mais político – que considera o empoderamento dos surdos e o pertencimento a comunidade surda – é inteiramente prerrogativa dos surdos que observam o panorama político atual. A decisão é legítima seja ela qual for. A decisão por um critério aparentemente mais socialmente igualitário poderia deixar “de fora” surdos que por sua condição social não tiveram oportunidade de acessar Libras da maneira ideal. Se para ser nativo é necessário ter certos padrões como idade e forma de aquisição seria impossível para esse surdo que teve contato tardio transcender a sua condição de oprimido e se tornar de fato um membro nativo da comunidade surda. Potencialmente criaríamos cidadãos de segunda classe dentro da comunidade surda.

No exemplo já mencionado de equipes de elaboração de glossários e dicionários de Libras, caso essa visão fosse mais amplamente aceita, seria evitado que pessoas que muitas vezes não atendem aos critérios de natividade estivessem na equipe de elaboração desses materiais por serem simplesmente e politicamente consideradas nativas. Se considerarmos a realidade brasileira, atualmente, é muito provável que haja um baixíssimo número de surdos realmente nativos de Libras. A desvantagem, porém, é que para que os surdos participem desses espaços em pé de igualdade com ouvintes-nativos, ainda é necessário vencer barreiras como o preconceito e a estigmatização que lhes é atribuída – e.g. casos de pais ou sistema de saúde que proíbem crianças de terem acesso a uma língua de sinais por encararem a surdez como deficiência/ patologia.

Seja qual for a situação, percebemos que possivelmente haverá injustiças, seja para surdos em uma sociedade majoritariamente ouvinte, seja para ouvintes pertencentes à comunidade surda e, portanto, em condição minoritária.

Considerar todos os surdos nativos pode implicar, em nível social, excluir ouvintes nativos de processos onde suas presenças e contribuições poderiam ser consideradas. E talvez este seja um preço a pagar para o fortalecimento da comunidade. Considerar tanto surdos ou ouvintes como possivelmente nativos de determinada língua de sinais pode fazer com que surdos não-nativos sejam preteridos, em relação a ouvintes nativos, posto que pessoas de fora da comunidade surda ainda tendem a enxergar a surdez de modo estigmatizado – caso de pessoas ouvintes que preferem trabalhar com outros ouvintes ao invés de um surdo, não devido a uma incapacidade real do surdo, mas pela associação entre surdez e inabilidade muito presente na sociedade.

Também precisamos questionar se realmente só surdos nativos poderão contribuir com a elaboração de glossários e dicionários de Libras, uma vez que surdos não nativos também usam a Libras todos os dias e podem conhecer seus usos. E também há surdos não nativos que têm formação para contribuir e muito na elaboração desses materiais mesmo não sendo nativos.

Isto posto, podemos alertar para o perigo de supervalorização do nativo, que acontece também com outras línguas, como, por exemplo, no caso do inglês, em que muitos aprendizes tentam imitar um falante nativo ideal, e tendem a valorizar um professor nativo, esquecendo-se que a língua inglesa ganhou dimensões globais, e que professores não nativos podem auxiliar os aprendizes em dificuldades que possivelmente eles já passaram quando estavam aprendendo essa língua (FIGUEREDO, 2011).

Essa discussão apontaria, por exemplo, para o *status* da língua inglesa como língua franca/global no contexto mundial contemporâneo, assim como, em menor escala, para o papel pragmático do uso, seja da Libras, seja do português brasileiro escrito, por parte de surdos e/ou ouvintes. A autora nos mostra que o uso da língua não é menos legítimo quando por parte do não-nativo.

4.2 Questões relacionadas ao uso de uma L2

Pensando nas barreiras enfrentadas por pessoas surdas na sociedade como um todo, cabe destacar o trabalho de Porto (2015), no qual são detalhadas as dificuldades que os surdos enfrentam ao tentarem se colocar no mercado de trabalho. O campo educacional parece ser o mais fértil para eles. Isso acontece devido ao fato de as discussões sobre a legitimação da Libras

como língua, e sobre as potencialidades do surdo, deslocando-o da visão clínica da surdez, já circularem nesse meio há bastante tempo.

Porém, segundo a autora, essas discussões ainda não extrapolaram para outros setores da sociedade de maneira eficiente, visto que muitos empregadores ainda procuram pessoas surdas somente para atender a política de cotas de vagas para funcionários deficientes. Quando os surdos são contratados, sua formação ou experiência profissional não são levadas em conta, mas somente se o surdo é oralizado ou não. As empresas parecem preferir indivíduos oralizados pois a interação é feita na língua dos outros funcionários e não há necessidade de realizar qualquer tipo de adaptação ao ambiente de trabalho, contratação de intérpretes ou informações em Libras por meio de vídeos etc. Isso mostra que, além de a Libras não ser valorizada como língua nesses espaços, os surdos se veem sem a opção de poderem usar esta língua em seus ambientes de trabalho, mesmo sendo a modalidade viso-espacial a mais adaptada a sua realidade (PORTO, 2015). Isso ocorre não necessariamente por uma questão de valorização de língua, mas uma tentativa de redução de custos e de cumprir a lei sem seguir o propósito pelas quais ela foi criada. Cabe ao governo fiscalizar se há discriminação nas empresas promovendo oportunidades a todos e cabe a população acompanhar o processo e eleger representantes atentos a essas questões. Se é observado que há discriminação porque um surdo não é oralizado isso precisa ser corrigido.

Considerando esses fatos, muitos professores de Libras ouvintes (sejam eles nativos ou não) acabam sendo considerados, por algumas pessoas da comunidade surda, como “aqueles que roubam a vaga do surdo”, posto que, como mencionamos, esta é a área de trabalho mais fértil para os surdos. Vemos aqui, claramente, como a discussão precisa ser levada de modo mais imparcial e profundo.

Figueredo (2011) nos mostra, através de diversos autores, que a ideia de o falante nativo de uma língua ser seu professor ideal não tem nenhuma validade científica. O professor de língua deve se qualificar como especialista do processo de aquisição da segunda língua, pelo desenvolvimento de habilidades de reconhecimento das necessidades linguísticas e culturais de seus aprendizes, independentemente de ser ou não nativo. Neste sentido, o professor não-nativo, como um aprendiz bem-sucedido dessa língua, por exemplo, pode ter vantagens em auxiliar seus aprendizes, podendo prever possíveis dificuldades em determinados usos da língua, além de poder prever certas diferenças de uso da língua em termos pragmáticos. De qualquer forma, o fato de o não-nativo poder ter certas vantagens como professor de uma língua não invalida a experiência do nativo como professor, já que este pode oferecer outras vantagens para seu ensino, oriundas de seu conhecimento.

Essa discussão vai ao encontro de nossa intenção de discutir a relação surdo-ouvinte, posto que ela se faz presente na comunidade surda. Há grupos que defendem que apenas surdos devam ser professores de Libras (seja qual for o contexto de ensino), por considerarem o surdo, indistintamente, como nativo de Libras, e o ouvinte sempre como não-nativo. Como já vimos anteriormente, nem sempre o ouvinte não será nativo de Libras e muito menos o professor não-nativo não possa cumprir com um papel eficaz no ensino de uma L2.

Há implicações políticas em se defender o ensino de Libras por pessoas surdas, posto que tal condição dá ao surdo um papel de empoderamento e de sujeito do conhecimento, colocando-o em uma posição hierarquicamente acima dos ouvintes, como acontece na relação professor-aluno.

Tais implicações políticas são necessárias por conta da necessidade de uma inclusão social qualitativa e do reconhecimento do surdo como indivíduo/cidadão capaz de executar qualquer tarefa também executada pelo ouvinte. E também porque a área educacional tem se configurado como campo de trabalho mais fértil para os surdos, onde os não-oralizados não são preteridos em relação aos oralizados, por exemplo. Entretanto, muitas vezes essas questões políticas são desprovidas de embasamento teórico/científico proporcionando concepções errôneas acerca dos conceitos de língua e ensino, falseando os verdadeiros papéis sociais da relação surdo-ouvinte.

Um outro ponto a ser mencionado é que a ideia comum de o falante nativo de língua de sinais ser somente o surdo traz como consequência, o pensamento de que aprendizes ouvintes jamais serão fluentes em Libras, mesmo como L2. Ainda, quando perguntados sobre como adquiriram a Libras, muitos ouvintes brasileiros têm sua fluência descreditada por pessoas da comunidade surda se responderem que aprenderam em um curso de Libras. Parece que há também a crença de que a pessoa que aprendeu a Libras no contexto da sala de aula jamais será realmente fluente, valorizando-se somente a fluência de quem a aprendeu (adquiriu?) fora do contexto de educação formal. Claramente, voltamos à discussão sobre a estigmatização do uso da língua pelo suposto não-nativo, no caso, o ouvinte.

Será que as discussões sobre quem é falante nativo e não-nativo de Libras, sobre a legitimação do uso da língua por parte de falantes não-nativos, bem como o abandono de crenças equivocadas a respeito desses pontos poderiam ser fatores positivos para o estreitamento das relações surdo-ouvinte?

Muitas pesquisas sobre embates e dificuldades de relacionamento entre surdos e ouvintes debruçam-se sobre a realidade escolar, discutindo o papel de escolas bilíngues ou inclusivas (SKLIAR, 1998; PERLIN, 1998; KELMAN, 2010). Nessa pesquisa não pretendemos focalizar

o contexto escolar, mas o contexto social em geral, especificamente no que diz respeito a diferentes maneiras de relação surdo-ouvinte, atualmente encontradas em nossa sociedade. De qualquer forma, vale citar a existência de conflitos nas relações surdo-ouvinte oriundas do contexto das escolas.

Há um abismo linguístico separando surdos e ouvintes. Os ouvintes se comunicam por meio de língua oral, os surdos por meio desta e por meio de uma língua de sinais. Quando esses grupos precisam comunicar-se entre si iniciam-se os conflitos. Quando não são oralizados, os surdos acabam tendo de se acostumar com a necessidade, por meio de diferentes recursos, de entender e serem entendidos pelos que não conhecem a língua de sinais. Por outro lado, o mesmo nem sempre acontece com os ouvintes em interação com surdos. Laborit (1994 *apud* GESSER, 2012), surda, narra essa dificuldade:

Quero entender o que dizem. Estou enjoada de ser prisioneira desse silêncio que eles não procuram romper. Esforço-me o tempo todo, eles não muito. Os ouvintes não se esforçam. Queria que se esforçassem. (LABORIT *apud* GESSER, 2012, p. 90)

A indiferença de certos ouvintes, na tentativa de comunicação, pode representar um posicionamento assimétrico de sua parte em relação aos surdos. A relação de dominação, representada aqui pela língua portuguesa, pode explicar tal atitude. Fato é que talvez muitos ouvintes não sintam a necessidade de aprender a língua de sinais ou mesmo tentar se comunicar com os surdos de outra forma, para além do português, por conta do *status* social e linguístico que julgam ter frente aos surdos.

Gesser (2012) salienta, porém, que “nem todos os ouvintes são indiferentes aos surdos e à aprendizagem da língua de sinais” (p. 90). Entretanto, é possível que os ouvintes que não são indiferentes aos surdos e à língua de sinais acabem sofrendo resistências no contato com surdos, posto que, em um primeiro contato, um surdo não poderá saber o que ouvinte pensa a respeito da surdez e da comunidade surda. Isso pode gerar uma série de perguntas introdutórias nesse contato, que o tornam bastante peculiar, tais como: “Onde você aprendeu Libras?”, “Quem te ensinou foi surdo ou ouvinte?”, “Você tem algum surdo na família?”, “Há quanto tempo você sabe Libras?”, “Por que quis aprender?” etc. Tais perguntas revelam certa atitude de defesa e possível resistência do surdo, talvez justificadas pelo histórico negativo da vida dos surdos em meio à sociedade ouvinte dominante.

Perlin e Quadros (2006) descrevem o ouvinte, a partir de suas atitudes em relação ao surdo. As autoras categorizaram 5 (cinco) grupos distintos, os quais descreveremos detalhadamente a seguir.

1) Os ouvintes do primeiro grupo seriam aqueles que tentam, a todo custo, convencer os surdos de que as experiências ouvintes são fundamentais e que, portanto, os surdos devem desejar e se esforçar para seguir os modelos ouvintes.

Esses ouvintes podem ser bons conhecedores da língua de sinais, utilizando-a como meio para persuasão dos surdos para o que eles acreditam ser o melhor. Nesse sentido, identificam-se ouvintes fazendo uso da língua de sinais para convencer os surdos de sua inferioridade diante do que se compreende ser o melhor, ou seja, o modelo ouvinte. (...) *“Claro que há ouvintes que querem ensinar música, mas tão estranhamente que querem ensinar só música e para isto sabem alguns sinais... E aprendem estes sinais para ensinar só isto. E como o surdo não tem escolha, tem este tempinho, esta atenção do ouvinte e de tal forma que a transforma em lazer... Aceita e vai...”* (PERLIN; QUADROS, 2006, p. 179)

Percebemos aqui que ser um conhecedor da língua de sinais não faz de um ouvinte um aliado dos surdos. Esse ouvinte continuará sendo alvo de resistência, da parte dos surdos, posto que continua defendendo o modelo ouvinte como superior à condição dos surdos. De fato, o ouvinte que não tem esse paradigma mudado é repudiado pelos surdos, dado seu histórico de sofrimentos, particularmente no contexto escolar.

2) Do segundo grupo fariam parte os ouvintes que nada sabem a respeito dos surdos e da língua de sinais. A comunidade surda é por eles ignorada, na verdade por conta de reconhecerem no surdo alguém diferente, dadas suas características específicas relacionadas à surdez. Por mais que sejam expostos ao conhecimento da Libras, da comunidade surda, das identidades surdas, esses ouvintes não aceitam esses conhecimentos e permanecem no paradigma de pensamento em que sempre estiveram engajados: a surdez como deficiência, considerando o surdo como um indivíduo aquém de sua própria realidade.

Esses são os ouvintes que permanecem no pensamento binário explicitado por Skliar (1998), já mencionado neste trabalho, entre normalidade/anormalidade. Para eles, apesar de poderem apresentar algumas pequenas e superficiais mudanças, continuam categorizando os surdos no quadrante da anormalidade, no da perspectiva clínica.

Os surdos pesquisados por Perlin e Quadros (2006) descrevem esta categoria de ouvintes, por exemplo, da seguinte maneira:

Em nossos cursos de formação de professores acontece, depois de horas e horas de aula, depois de meses sob forte esquema de representação da diferença surda, de aulas de língua de sinais com professores surdos, comentários de alguns ouvintes que nos vomitam de novo os termos que nos diminuem, ou seja, “deficiência”, “deficiente auditivo”, “surdo-mudo” ou indagando se são válidos certos aspectos da cultura surda,

como por exemplo a escrita de sinais... nada aprenderam de sinais que foram ensinados, nos deixando indignados. Não aprendem dos surdos, não aprendem do que é ser surdo, mesmo ao aprenderem alguns sinais com os próprios surdos, mesmo tendo contato com surdos. (PERLIN; QUADROS, 2006, p. 180)

Percebemos aqui uma forte indignação por parte dos surdos para com aqueles que não aceitam a sua forma de pensar sobre a surdez e permanecem pensando a surdez sob a visão de deficiência. Essa indignação, por si só, já seria motivo de muitos embates e resistências. Não podemos ignorar, porém, que da outra parte, isto é, dos ouvintes desta segunda categoria, também possam haver indignações, fruto da não aceitação de um novo paradigma ao qual estão sendo expostos. Esta é uma questão crucial nas relações contemporâneas entre surdos e ouvintes no Brasil.

A tirinha da Figura 11 ilustra de maneira lúdica e simplificada as indignações presentes no contato entre pessoas com diferentes visões de mundo, que resistem em aceitar modos de pensar diferentes.



Figura 11: Charge a respeito das diferenças identitárias e culturais

Fonte: https://www.facebook.com/PeloFimdoPreconceitoLinguistico?notif_t=fbpage_fan_invite

A Figura 11 faz uma sátira a respeito da intolerância entre diferentes pontos de vista e das relações entre pessoas de diferentes culturas. Muitas vezes ter o próprio modo de enxergar

o mundo como o único que deva ser adotado por todos faz com que haja certa hostilidade na interação com pessoas que têm outra forma de encarar o mesmo assunto.

Voltando para a nossa discussão sobre a relação surdo-ouvinte, a pessoa que entende que o modelo ouvinte é o único que deve ser seguido demonstra uma atitude de intolerância. Do mesmo modo, o surdo que não compreender que existem outros modelos, outras identidades surdas e outras formas de significar o mundo para além da língua de sinais também terá, possivelmente, atitudes intolerantes.

3) O terceiro grupo é formado pelos ouvintes que se aproveitam das lutas dos surdos para se autopromoverem, sem que isso traga reais benefícios para a comunidade surda, ou seja, são ouvintes que *“Abrem espaço para os surdos, mas não incentivam os surdos a pensar, pois continuam sendo o centro, os fazedores de tudo.”* (PERLIN; QUADROS, 2006, p. 181)

Neste grupo encontram-se ouvintes que adotam certas práticas que são bem vistas pela comunidade surda, apenas para ter o apoio da maioria, sem, contudo, gerar reais benefícios para os surdos na sociedade.

Um exemplo disso é a maneira como o português escrito vem sendo considerado como segunda língua para os surdos no Brasil. Não são poucos os casos em que tratar o português como segunda língua para os surdos tem sido usado como subterfúgio para mascarar um ensino de baixa qualidade para essas pessoas, bem como uma forma de desacreditar seu potencial de letramento escrito nesta língua. Contrariando essa ideologia, podemos citar uma quantidade significativa de surdos que possuem desenvolvimento de língua escrita, no português brasileiro, não muito diferente do de ouvintes. Em geral, a baixa qualidade da língua escrita está mais associada ao ensino de baixa qualidade, independentemente de o aluno ser surdo ou ouvinte, do que necessariamente por conta da realidade da surdez. Em outras palavras, dadas as devidas condições de ensino, o surdo terá plenas condições de desenvolver bom grau de letramento, assim como os ouvintes, para os quais, de certa forma, a língua escrita também funciona como L2. Alguns estudos têm sugerido que o desenvolvimento da língua escrita é facilitado quando ele ocorre com o apoio da língua de sinais utilizada pelos surdos. Em outras palavras, a importância da língua de sinais ser adquirida cedo é fundamental para o desenvolvimento do surdo, não só por questões identitárias e linguísticas, mas principalmente porque a L1 serve de gatilho para o desenvolvimento de diversos módulos cognitivos que facilitariam o aprendizado da escrita.

Kato (1987), vale lembrar, explica que o ato de escrever é um ato que envolve uma meta, um plano a ser seguido, e que tem por objetivo a resolução de problemas. Além disso, a escrita

é uma comunicação em que o interlocutor é apenas imaginado, representado. Esses e outros fatores inerentes a escrita a tornam uma atividade complexa para toda pessoa que se propõe a escrever, mesmo em se tratando de sua primeira língua.

4) O quarto grupo é composto por ouvintes “curiosos”, que se aventuram a aprender um pouco de língua de sinais, tentando estabelecer comunicação.

O texto de Perlin e Quadros (2006) pouco fala a respeito deste grupo, muito embora o considere especial. No entanto, é possível perceber que esses ouvintes não são fluentes em língua de sinais, mas têm uma postura aberta a aprender e conseguem comunicar ao menos o básico em sinais. Conhecem pouco a respeito da realidade dos surdos, mas se esforçam para atravessar o abismo de comunicação que os poderia separar de oportunidades de contato.

5) O quinto grupo são os ouvintes que lutam pela causa dos surdos, tornando-se seus verdadeiros aliados. São eles que entram na causa social dos surdos, pleiteando junto a estes para que surdos possam ter seus direitos garantidos na sociedade, e que ganhem seu espaço. Junto a eles:

“os surdos estão alcançando uma maior tolerância e encontram mais espaço para a produção simbólica da cultura surda [...]. Além de narrar e defender a alteridade surda, esses ouvintes também entram na causa social surda [...]. As narrativas surdas prosseguem a respeito deles: *são aqueles que nós surdos podemos dizer que são dos nossos, têm nossa confiança, nosso respeito.*” (PERLIN; QUADROS, 2006, p. 182)

Os ouvintes desta categoria estarão sempre transitando entre as culturas surdas e ouvintes, segundo as autoras. Ambas as culturas são parte integrante desses sujeitos, que pertencem tanto a um mundo quanto ao outro, apresentando diferentes formas de ver e significar o mundo, o tempo todo.

As autoras citam como exemplo de ouvintes que fazem parte deste quinto grupo os intérpretes de Libras e os CODAs.

É importante salientar que, na pesquisa de Perlin e Quadros (2006), de um grupo de 5 (cinco) categorizações de ouvintes, somente 1 (uma) foi considerada pelos surdos como pessoas em quem eles poderiam confiar. Todos os outros quatro grupos parecem ser alvo de desconfiança e até mesmo indignação, por parte da comunidade surda.

Diante dos pontos apresentados, percebemos que as relações entre surdos e ouvintes dentro da comunidade surda são permeadas por uma diversidade de pontos de tensões que muitas vezes poderiam ser evitados se não houvesse atitudes defensivas em ambos os lados. Uma base científica de qualidade, pode ajudar a formar atitudes que seriam parte de um discurso político-ideológico que realmente reflita o interesse pela inclusão qualitativa do surdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir alguns pontos de tensão das relações entre surdos e ouvintes, a partir de conceitos e princípios relacionados às definições de identidade e língua.

Buscamos, contribuir para a desmistificação de conceitos equivocados que corroboram para a perpetuação de hierarquias de poder nas relações entre surdos e ouvintes. Discutir profundamente os conceitos de identidade e língua relacionados à comunidade surda possibilita que sejam interrompidas assimetrias de poder em quaisquer direções na relação surdo-ouvinte: nas mais recorrentes em que o surdo representa um grupo minoritário, ou nas mais específicas em que o ouvinte se encontra em situação de minoria. Tal qual Freire (1987) explica, perpetuar situações de opressão não é positivo, assim como transformar os oprimidos, isto é, os surdos, em novos opressores não é sinal de liberdade. Assim, como relativiza Skliar (1998), é preciso nos desfazermos de polarizações e contrastes binários, buscando relações mais fluidas e equânimes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

BRASIL Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.

BRASIL Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 01 de maio de 2015.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

CASTRO, D. F. V. de. **Investigando o uso de L1 no processo de escrita em L2: uma abordagem qualitativa**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. Ano 3, n. 5, 2005. Disponível em: <http://pessoal.educacional.com.br/up/50280001/2902237/Investigando%20o%20Uso%20da%20L1no%20Processo%20de%20Escrita%20em%20L2.pdf> Acesso em: 08 de julho de 2015.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague/Paris: Mouton, 1957.

_____. **Regras e representações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CUNHA, A. F.; COSTA M. A.; MARTELOTTA, M. E. Linguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15-30.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da língua de sinais brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2011.

FERRAZ, Rafael de A. **O mundo surdo: passeata dos surdos – luta e comemoração**. Recife (PE): Faculdade Santa Helena, 2009. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia_rafael_a_ferraz.pdf Acesso em: 09 de fevereiro de 2015.

FIGUEREDO, C. J. **O falante nativo de inglês versus o falante não-nativo: representações e percepções em uma sala de aula de inglês**. Universidade Federal de Goiás, Linguagem & Ensino, v. 14, n. 1, p. 67-92, Pelotas: 2011.

FINGER, I.; QUADROS, R. M. de (org.) **Teorias de aquisição de linguagem**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREITAS JUNIOR, Roberto de. **A constituição discursivo-gramatical da construção (X) vs. Em inglês como L2: indícios de formação da interlíngua**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/wp-content/uploads/2013/03/roberto-freitas-jr.pdf> Acesso em: 24 de junho de 2015.

FREITAS, G. C. M. de. Pesquisas em aquisição de linguagem. In: AGUIAR, V. T.; PEREIRA, V. W. (org.) **Pesquisas em Letras**. PUCRS, Porto Alegre: 2007. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/pesquisa/pesquisa/artigo7.html> Acesso em: 22 de maio de 2015.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

HALL, S. **Identidade Cultural na pós modernidade.** 11 ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Hauser, M. D.; Chomsky, N.; Fitch, W. T. **The Faculty of Language:** what is it, who has it, and how did it evolve? USA: Science's Compass (Review), 2002. Disponível em: <http://www.chomsky.info/articles/20021122.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2015.

HESPANHOL, Dafny S. **Motivações e experiências de viagens de turistas surdos cariocas:** um estudo exploratório e qualitativo. Niterói: UFF, 2013.

JERONYMO, G. **Terapia fonoaudiológica com jogos de computador ajuda surdos a falar.** AUN (Agência Universitária de Notícias): São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=1151> Acesso em: 13 de abril de 2015.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita.** Uma perspectiva psicolinguística. 2 ed. São Paulo: Ática. 144 p. 1987

KELMAN, Celeste A. Multiculturalismo e surdez: uma questão de respeito às culturas minoritárias. In: FERNANDES, Eulalia (org.) **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2010. 3. ed. P.87-103

LANZETTA, B. P. **Adaptação de prótese auditiva em crianças surdas de zero a oito anos em um programa de saúde auditiva.** Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2008. Disponível em: http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_fonoaudiologia/bianca_pinheiro.pdf Acesso em 13 de abril de 2015.

LIMA, E. S.; Cruz, R. T. da. **Alguns aspectos semânticos da Libras:** um estudo do léxico de seus sinais em suas relações de sinonímia, antonímia, homonímias, homógrafas e polissemia. XVII Congresso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina. (ALFAL 2014). João Pessoa, PB: 2014. Disponível em: www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0367-1.pdf Acesso em: 07 de julho de 2015.

LUST, B. C. **Child Language:** acquisition and growth. Cambridge University Press, 2006. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=E7jbn3J73csC&printsec=frontcover&dq=lust+barbara+child+language+2006+refer%C3%A4ncia+completa&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMIxr-WjPWSyAIVCZCQCh3THQgP#v=onepage&q=lust%20barbara%20child%20language%20006%20refer%C3%A4ncia%20completa&f=false> Acesso em: 25 de setembro de 2015.

MANÉ, Djiby. As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico. *Via Litterae*: Anápolis. v. 4, n. 1 p. 39-51 jan./jun. 2012. Disponível em: http://www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/volume_revista/vol_4_num_1/Via_Litterae_4-1_2012_3-DJIBY_MANE_Lingua_dialeto_e_preconceito.pdf Acesso em: 28 de outubro de 2015.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares de. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. (org.) **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009, p.394-407.

MEHLER, J.; DUPOUX, E. **What infants know: the new cognitive science of early development**. Cambridge, Massachusetts, USA; Oxford, UK:1994.

MISSAGIA JUNIOR, M. J. **Cultura surda hoje**. Niterói: UFF, 2005.

MISSAGIA JUNIOR, M. J. **As origens sociais e políticas da noção de cultura surda na cidade do Rio de Janeiro**. Espaço (INES), Rio de Janeiro, v. 21, p. 3-9, 2004.

MOTTA, Andréa. **O que são homonímia e polissemia**. *Conversa de português*: 2011. Disponível em: <http://conversadeportugues.com.br/2011/06/o-que-sao-homonimia-e-polissemia/> Acesso em 25 de setembro de 2015.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 51-73.

PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice M. de. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: QUADROS, Ronice M. de (org.) **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006, p. 166-185.

PORTO, J. R. dos S. **O surdo e o mercado de trabalho: uma temática em construção**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2015.

PRÓTESES AUDITIVAS ACÚSTICAS. Disponível em: <http://www.surdez.org.br/conteudo.asp?id=4> Acesso em 13 de abril de 2015.

QUADROS, R.; PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. **Língua brasileira de sinais II**. Florianópolis, UFSC: 2008. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/linguaBrasileiraDeSinaisII/assets/482/Lingua_de_Sinais_II_para_publicacao.pdf Acesso em: 10 de novembro de 2015.

SABANAI, N. L. **A evolução da comunicação entre e com surdos no Brasil**. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Brasília: Revista HELB, v.1, 2007. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92:a-evolucao-da

comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil&catid=1022:ano-1-no-01-12007-issn-1981-6677&Itemid=12 Acesso em 01 de maio de 2015.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**. Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ana L. **Estudos culturais**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/estudos-culturais/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.

SKLIAR, Carlos. **Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**. In: SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOLFIATO, C. G.; REILY, L. H. **Dicionarização da língua brasileira de sinais: estudo comparativo iconográfico e lexical**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2014.

STOKOE, W. C. **Sign language structure**. Silver Printing: Listok Press, 1960.

STROBEL, Karin. **Imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

TOMASELLO, M. **Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition** Harvard University Press: 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=7M_ISEfzTQoC&oi=fnd&pg=PR7&dq=info:ztdDuYIFxRgJ:scholar.google.com&ots=fyxNo-fnji&sig=xpz-99iy-6HwndqUgY-aZ5M2eXo#v=onepage&q&f=false Acesso em: 09 de novembro de 2015.

TOMITA, S.; FELIX, F. **Novas terapias para surdez**. Revista Hospital Pedro Ernesto, v. 11, no. 3. UERJ: 2012. Disponível em: http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=335 Acesso em: 13 de abril de 2015.